



Biblioteca Breve

SÉRIE HISTÓRIA

A EMIGRAÇÃO FRANCESA
EM PORTUGAL
DURANTE A REVOLUÇÃO

COMISSÃO CONSULTIVA

JOSÉ V. DE PINA MARTINS
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO

ÁLVARO SALEMA

CASTELO BRANCO CHAVES

A Emigração Francesa
em Portugal
Durante a Revolução



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

**A Emigração Francesa em Portugal
durante a Revolução**

Biblioteca Breve / Volume 91

1.ª edição — 1984

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação e Cultura

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*

Divisão de Publicações

Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa

Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem

5000 exemplares

Coordenação Geral

Beja Madeira

Orientação Gráfica

Luís Correia

Distribuição Comercial

Livraria Bertrand, S.A.R.L.

Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão

Oficinas Gráficas de Veiga & Antunes, Lda.

Trav. da Oliveira à Estrela, 4, 6, 10.

Outubro de 1984

ÍNDICE

ADVERTÊNCIA.....	6
I / ESBOÇO HISTÓRICO DA EMIGRAÇÃO DE FRANCESES DURANTE A REVOLUÇÃO.....	8
II / OS PRIMEIROS EMIGRADOS EM PORTUGAL E OS MAIS QUE SE LHEM SEGUIRAM.....	19
III / CLERO FRANCÊS EMIGRADO EM PORTUGAL.....	36
IV / OS EMIGRADOS FRANCESES AO SERVIÇO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.....	51
V / A VIDA SOCIAL DOS EMIGRADOS E A SOCIEDADE PORTUGUESA.....	68
VI / RELAÇÃO DE ALGUNS DOS EMIGRADOS FRANCESES A QUE SE FAZ REFERÊNCIA NO TEXTO E SUAS SITUAÇÕES EM PORTUGAL.....	91
NOTAS E REFERÊNCIAS.....	101
BIBLIOGRAFIA.....	124

ADVERTÊNCIA

O presente livrinho apenas bosqueja o que seria um projectado — melhor diria: imaginado — trabalho do autor sobre a emigração francesa em Portugal durante a Revolução.

O autor, que ama a leitura e a pratica, como aconselhava Renan, de lápis na mão, foi reunindo notas, registando documentos, investigando nalgumas horas livres, chegando a ponto de se encontrar com um pecúlio documental que lhe permitia pensar na elaboração de uma monografia sobre o tema que encima este bosquejo. Documentação numerosa, sem dúvida, mas ainda não bastante para um trabalho homogéneo e conclusivo sobre este encontro de duas sociedades diferenciadas profundamente pelos graus de cultura e de estilos de vida.

Para a parte particularmente política faltou ao autor a possibilidade de frequentar os arquivos da França e da Espanha. Contudo, apesar desta carência, o capítulo VI deste livrinho poderia ir muito mais dotado de documentos e notícias e até bibliografia, se tanto coubesse no espaço de que dispunha. Só essa

documentação abrangeria maior número de páginas que todo o restante texto.

O que fica, porém, constitui já, ao que julgo, um guia para o estudo do assunto, abrindo pistas a explorar. Ao mesmo tempo, pela primeira vez se sugere, em relação a Portugal, este tema de pequena história, que poderá vir a ser tomado com mais amplitude, maior riqueza documental e maior brilho de exposição do que é possível ter o autor do presente trabalho. Trabalho este, que será por muitos considerado uma bagatela. Que seja assim considerado não me molesta. Como Azorin, também posso declarar-me: *Yo soy un hombre que dice: Viva la bagatela.*

I / ESBOÇO HISTÓRICO
DA EMIGRAÇÃO DE FRANCESES
DURANTE A REVOLUÇÃO

Na noite de 16 de Julho de 1789, dois dias depois da tomada da Bastilha e no dia imediato àquele em que Luís XVI ordenou a retirada dos regimentos que haviam sido chamados a Paris e a Versailles, o conde de Artois e seus dois filhos, o príncipe de Condé, o duque de Bourbon, o duque de Enghien e o príncipe de Conti pediram ao rei autorização para saírem de França. Segundo o testemunho dos condes de Paroy e Alexandre de Tilly, cumpriram com este acto apenas uma formalidade, porquanto, pelo que respeitava a seu irmão e sobrinhos, fora o próprio rei que pedira ao conde de Artois para abandonar o reino no intuito de o salvar das inevitáveis consequências de qualquer imprudência, muito própria da sua leviandade e pouca inteligência ¹. Rivarol, no *Journal Politique National*, revela que o conde de Artois atraíra sobre si o ódio público declarando-se campeão das prerrogativas da nobreza, havendo-se oferecido ao rei para ir, em seu lugar, afrontar e reprimir as fúrias do povo de Paris ².

Tivesse sido, porém, por conselho do rei ou por iniciativa dos príncipes de sangue, o que é certo é ter sido por este acto que se iniciou a emigração, sem que qualquer daqueles príncipes tivesse, na ocasião, mais que o propósito de manifestar o seu desacordo com a política de tolerância do rei e do seu gabinete. Se houve na Corte alguém que tivesse considerado a tomada da Bastilha, não como um motim, mas como o início de uma revolução, certamente não foi nenhum desses primeiros emigrados. Os príncipes deixaram a França quase desprovidos de dinheiro, sem bagagem, precipitadamente, certamente na intenção de curta ausência ³. É de supor que partiram no juízo de que o insólito da sua atitude bastaria para impor ao rei e aos seus ministros a repressão violenta da anarquia parisiense, o afastamento de Necker, e o restabelecimento do antigo regime. Cedo se desenganaram, passando a considerar que só de fora das fronteiras poderiam organizar a repressão e promover a restauração dos seus direitos e privilégios.

Só a partir de 1791, mais precisamente, do Verão desse ano, é que começou a emigração forçada daqueles que, nas províncias, devido à cobiça, ajudada pela anarquia, iam sendo expulsos dos seus castelos e senhorios. Taine, sem citar a fonte, afirmou que «os primeiros a emigrar, em 15 de Julho de 1789, com o príncipe de Condé, haviam recebido em casa, na véspera, uma lista de proscricções, onde se encontravam inscritos e onde se prometia recompensa a quem entregasse as suas cabeças no «Caveau du Palais Royal» ⁴. Ora em Julho de 1789, ainda as pressões da anarquia revolucionária não justificavam que se incorresse em tais sanções. Os primeiros emigrados, aqueles que saíram de

França no mês de Julho, não abandonaram a França como fugitivos mas como protestatários. Atrevemo-nos a este reparo por considerarmos que Taine, em *Les Origines de la France Contemporaine* «ne dit toute vérité, ce qui est une façon de mentir», como, em carta datada de 10 de Julho de 1878, Flaubert dizia a Mme. Roger des Genettes, ao dar a sua opinião sobre as *Origines*.

De 16 a 18 de Julho mais umas vinte personagens da primeira nobreza abandonaram a França, entre as quais o príncipe de Vaudémont, o príncipe de Lambesc, o marechal de Broglie e as duquesas de Polignac e de Guiche. Partiram como quem vai para uma digressão, na esperança de que a ausência de tão grandes e abastados senhores suscitaria um desequilíbrio social, com consequências económicas de tal ordem nas indústrias e comércio de luxo que abalariam a burguesia nos seus interesses. «Esta convicção — escreveu Ernest Daudet — explica a razão porque desertaram tão precipitadamente, sem porem em ordem os seus negócios mais urgentes e sem garantirem os recursos com que haviam de viver no estrangeiro por mais algumas semanas»⁵.

Agrupados em volta do conde de Artois, conspiram, endividam-se, intrigam e solicitam a intervenção do rei da Prússia e do imperador da Áustria. Com leviandade e nenhum conhecimento das realidades sociais e políticas, julgavam que tal auxílio seria desinteressado, de pura solidariedade de classe e, o que era mais grave, que restaurado em França o antigo regime tudo se resolveria por si. Rivarol, com a sua perspicácia e claro entendimento das realidades humanas, escrevia em carta de 4 de Setembro de 1791 a M. de La Porte: «...como poderá alguma vez o Senhor Conde de Artois estar

certo das verdadeiras intenções do Imperador e do rei da Prússia? É mais que provável que estas potências não concederão aos príncipes emigrados (se alguma coisa concederem) mais que um auxílio insignificante em tão grande empreendimento; não farão mais que atormentar a França e em nada contribuirão para a converter. Aliás, mesmo que as potências estrangeiras fossem generosas nas suas dádivas e fiéis nas intenções e conduta, mesmo que os príncipes franceses, depois de haverem removido todos os obstáculos, entrassem triunfadores em Paris, quer-me parecer que a sua atrapalhação começaria no dia imediato ao da sua vitória»⁶.

Luíis XVI arrenegou sempre destas intrigas dos emigrados, que só agravavam a causa da realeza em França, e a rainha Maria Antonieta, em carta a Mercy, datada de 21 de Agosto de 1791, desabafava o seu desprezo nestes precisos termos: «Les lâches, après nous avoir abandonnés, veulent exiger que seuls nous servions tous leurs intérêts».

Depois da marcha dos amotinados parisienses sobre Versailles e da vinda do rei e da côrte para Paris, escoltados pelos «sans-culottes», pelas peixeiras e por soldados amotinados, gritando que passaria a haver pão porque ali traziam «le boulanger, la boulangère et le petit mitron», só depois desta afronta à realeza e a toda a hierarquia do antigo regime é que engrossou a corrente emigratória.

Desalojado o rei de Versailles, que era aos olhos dos Franceses e aos de toda a Europa o templo da Monarquia, e realizada a entrada da família real na sua «boa cidade de Paris» sem o cerimonial que durara séculos, tornou-se visível, mesmo aos olhos daqueles que menos alcançavam, que a antiga França estava em

transe de morte. E então começou a debandada — uns pactuaram com a Revolução, outros começaram a entrouxar o que podiam levar e deixaram a França, agora sem saber se voltavam. Foi então que começou a ser *moda* a emigração.

A marquesa de La-Tour du Pin, ela também emigrada, notou nas suas interessantíssimas memórias: «Em França a moda é tudo e a emigração começou então». Empenharam-se as terras para levar uma quantia mais elevada. Aqueles, em grande número, que tinham credores, viram uma maneira de lhes escapar. Os mais novos viam na emigração um justificado motivo para viajar ou então um pretexto para se irem reunir aos amigos e à sociedade. Ninguém então suspeitava as consequências que destas resoluções podiam advir» 7.

A corrente emigratória foi-se avolumando e espalhando pela Europa e, de certa altura em diante, não foram só os nobres a emigrar mas gente de todas as classes, estados e categorias sociais; havia emigrados em Inglaterra, na Sardenha, na Suíça, na Espanha e principalmente nos principados de Alemanha, confinantes com a França. Em Coblenz organizava-se, com auxílio estrangeiro, o chamado «exército dos príncipes» e para lá se dirigiam todos aqueles que desejavam agir, particularmente os que haviam tido postos militares, cerca de seis mil dos quais haviam abandonado os seus regimentos, recusando a forma de novo juramento em que se omitia a pessoa do rei.

Juntamente foram aparecendo os que iam movidos por interesses pessoais, usurários, traficantes, todos na mira de bons negócios. E como em Coblenz havia de tudo, também ali se encontravam alguns dos mais dedicados e incondicionais amigos do rei, que tendo

perdido situações, bens, etc., arriscavam a vida para o libertar.

Havia em França uma propaganda organizada a favor da emigração; para além das eventuais instruções dos príncipes, mais eficazmente divulgava-se pelos solares da nobreza provinciana e pelas casas dos burgueses enriquecidos ou bem anichados que todos deviam passar as fronteiras onde se encontrariam protegidos por fortes exércitos austríacos, prussianos, russos e espanhóis que os ajudariam a regressar triunfantes aos seus domínios e à posse segura dos seus bens. Esta propaganda resultava, porque os nobres, e até os burgueses, abandonavam mulher, filhos, haveres, para emigrarem, julgando que o faziam apenas por algumas semanas. De resto, as mulheres incitavam-nos, manifestando o seu desprezo por aqueles que ficavam ou hesitavam em partir. Aos burgueses que emigrassem prometia-se-lhes a nobilitação ⁸.

Não cabe na índole nem no objectivo destas notas descrever a sorte desta gente no exército dos príncipes, nem o das tropas estrangeiras que o apoiavam até à derrota que sofreram na batalha de Valmy. «Valmy — escreveu o historiador A. Mathiez numa síntese precisa — não foi uma vitória estratégica, porquanto o exército prussiano continuou intacto, estabelecido entre Paris e o exército francês. Mas foi uma vitória moral. Os *Sans-culottes*, tão desprezados, mantiveram-se debaixo de fogo. Os prussianos e os austríacos perderam a ilusão de que os poderiam vencer facilmente em campo raso. Estes homens apegados à tradição tinham julgado, ingenuamente, que fora da ordem monárquica nada podia existir senão anarquia e impotência. A Revolução apareceu-lhes então pela primeira vez sob a sua feição

orgânica e construtiva e sentiram uma turbacão profunda, que Goethe, que se encontrava no acampamento prussiano, traduziu nesta frase famosa: «Daqui e deste dia data uma era nova na história do mundo»⁹.

A partir de Setembro de 1792, depois da batalha de Valmy, até que a Europa lhes estabelecesse uma espécie de estatuto de emigrado, pensionados a qualquer título pelos governos que os haviam acolhido ou simplesmente tolerado, a sorte dos emigrados, com raríssimas exceções, foi deplorável. Foi a partir de então que, no seu maior número, se espalharam pela Europa, procurando cada um deles modo de vida que lhes permitisse subsistir. Da França nada podiam esperar; legalmente considerados como mortos civis, com os bens confiscados, nem dos parentes que haviam permanecido em França podiam esperar recursos. Ajudar um emigrado correspondia à perda total dos bens de quem os socorresse e, em certos casos a serem considerados como agentes «do Coburgo».

Proscritos, pobres, tanto homens como mulheres tiveram de ganhar a sua vida. Os mais prudentes, que haviam levado consigo jóias ou mais quantiosas verbas — e poucos tiveram esse tino — lá foram vivendo durante alguns meses, enquanto não esgotaram os recursos; mas o maior número teve de tomar profissão, consoante as aptidões e conhecimentos. Uns fizeram-se logistas, agricultores outros, particularmente na América e na Rússia. Houve os que se fizeram professores de dança, cozinheiros, preceptores de meninos. Antigas damas da corte de Versailles passaram a modistas. Esperando que melhores tempos viessem com a vitória

das tropas das nações coligadas contra a França, desanimaram de esperar perante as sucessivas vitórias dos exércitos da República. «Cette grande colonie d'exilés variant ses peines de la diversité des climats» — como escreveu Chateaubriand — desagregou-se e espalhou-se pelos países da Europa, da Rússia à Espanha, e alguns foram dar aos Estados Unidos da América onde, por exemplo, o marquês de La Tour-du-Pin e o conde de Villèle se volveram em agricultores e criadores de gado. Também na Rússia não foi insignificante o número de emigrados que obtiveram de Catarina II concessões de terras, onde se fixaram. Outrossim, na Espanha, houve os que, protegidos por Carlos IV, obtiveram situações vantajosas. Em Espanha, refugiaram-se alguns nobres da Provença que plantaram em Maiorca pomares-modelo, que lhes deram fama e bons proventos.

Entre os emigrados revelou-se uma plêiade de nobres que nos países do exílio se revelaram competentíssimos e adquiriram prestígio, tais como, entre outros, o duque de Richelieu que governou uma província da Rússia, o marquês de Mesmon, o conde de Bombelles. Na Inglaterra, o conde de Lambert foi secretário do duque de Portland; o conde d'Harcourt, chefe da administração civil do Cabo da Boa-Esperança; Luís Filipe de Orleans — futuro rei dos franceses — foi professor na Suíça e muito considerado como tal. A condessa de La Tour en Woèvre foi preceptora, em Nápoles, da futura duquesa de Berry ¹⁰. A par destes, no anonimato, eclesiásticos, burgueses, gente do povo, que dependiam das classes nobres, acompanharam-nos na fuga. Depois, dispersando-se, raro foi aquele que com

modestos mesteres não se houvesse pela sua seriedade e competência.

Uma parte da nobreza, porém, comprometeu nos países a que se acolheu a causa e a condição de emigrado pela vida miserável que levava; uns, vivendo como meros parasitas, outros, volvendo em aventureiros e intrujões. E se na Alemanha houve emigrados que mereceram ocupar lugares superiores, notabilizando-se nas obras de secagem de pântanos, abertura de estradas e implantação de indústrias, também houve, e em grande número, os que ali foram, e merecidamente, considerados como a escória da nação francesa. Um memorialista do tempo escreveu acerca destes: «São o rebotalho da sua pátria e compreendo o profundo desdém com que estes fidalgos são tratados; a sua ignorância é espantosa. Quando os honramos com uma conversa elevada, só nos respondem ou com palavrório ou com risotas tolas. Julgo que a flor da nobreza de França ficou na sua terra e que só emigraram os que nada têm a perder, os que querem enriquecer ou os que foram arrastados por alguns chefes».

É evidente que nesta generalização houve erro de estatística e que os defeitos e malfeitorias de alguns foram generalizados a todos. Seja como for, o que é certo é que, no geral, as populações dos países que os acolheram se mostraram hostis a tais forasteiros, e as pequenas cortes germânicas se temiam deles quase tanto como dos jacobinos.

Na Áustria, Thugut detestava os franceses emigrados e tornou-lhes a vida dura; em Espanha, também os emigrados de conduta irregular comprometeram, por vezes, a situação geral dos emigrados, apesar da

protecção que lhes dispensava Florida Blanca, e que Aranda depois lhes negou.

De resto, a Espanha não foi dos países europeus aquele aonde mais afluíram os emigrados, embora ali se tivesse estabelecido um posto de representação e informação directamente ligado aos príncipes, dirigido pelo duque de Havré. Com o tratado de paz assinado em Basileia, depois da guerra do Russilhão, a actividade e condição dos emigrados sofreram restrições consideráveis. É certo, porém, que para cá dos Pirenéus nunca existiu o que propriamente se pudesse chamar uma colónia de emigrados franceses e aqueles que viviam em Espanha encontravam-se dispersos pelo país, separados da corte e da sociedade, embora sempre mais ou menos socorridos por várias entidades civis ou religiosas. No entanto, em seguida à batalha de Valmy, os emigrados afluíram em quase tanta quantidade como para outros reinos da Europa ¹¹, exceptuando o de Portugal, onde só mais tarde, como verificaremos, houve fluxo emigratório, composto principalmente por militares e eclesiásticos.

Desconhecemos estatísticas exactas (se acaso existem estatísticas exactas) da massa emigratória francesa durante o período que decorre de 1789 a 1800. Segundo o duque de Castries ¹², o número de emigrados deverá ter andado por 200 000 indivíduos de todas as classes, dos quais, depois de 1802, regressaram à pátria cerca de 150 000. Albert Sorel, no seu monumental trabalho *L'Europe et la Révolution Française*, vol. 3.º, pág. 525, calcula que em 1794 o número de emigrados andava por 150 000.

Muitas e variadas têm sido as tentativas de, em síntese, caracterizar e definir a emigração francesa durante a Revolução. Neste, como em todos os outros aspectos em que pode ser estudada a Revolução Francesa, a complexidade dos fenômenos sociais a ela adstritos impede um desenho firme e de conjunto nítido.

Depois da emigração de 1789-90, a dos príncipes de sangue e alta nobreza, ocorre entre 1791 e 1792 a emigração dos sacerdotes que não aceitaram a constituição civil do clero. E, daí até 1794, é o grande êxodo — e já então de indivíduos de todas as classes, avultando nobres provincianos, principalmente das regiões fronteiriças, padres, burgueses, artífices e muitos membros que pertenceram às Constituintes. É a partir de 1793 que os emigrados perdem a sua condição legal de franceses, passando a apátridas, sem existência civil, portanto, seres humanos à deriva em meios sociais estranhos e por vezes hostis, aos quais apenas se tolera que procurem meios de subsistência. Essa nova condição em que se encontravam fez conhecer a grande parte deles, habituados ao luxo, aos prazeres e à ociosidade, o que o trabalho tem de compensador e de digno. Aqueles que não tinham a verdadeira fidalguia — a moral — viveram de esmolas ou de expedientes.

Quando Napoleão abriu aos emigrados as fronteiras da França, reintegrando-os na sua qualidade de franceses, a emigração acabou — e pode dizer-se que só continuaram no estrangeiro os cortesãos dos príncipes ou os obstinados.

II /OS PRIMEIROS EMIGRADOS EM PORTUGAL E OS MAIS QUE SE LHES SEGUIRAM

A emigração de franceses para Portugal motivada pela Revolução só merece ser considerada a partir de 1791 e, ainda nesse ano, mais pela categoria dos emigrados de que há notícia do que pelo número deles. Anteriormente a estes haviam aparecido em Lisboa, desgarrados, uns franceses que se tornaram suspeitos ao Intendente Geral da polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, que os expulsou sem mais averiguações. Foram eles um tal Fontaine, João de Origny e Noel. Cumpre não confundir este Noel com qualquer dos outros dois Noel que vieram para Portugal posteriormente, um deles o pintor e desenhador Noel, discípulo de Vernet, cuja colecção de desenhos de motivos portugueses, alguns deles gravados por Wells, se me afiguram notáveis. Chamava-se, de seu nome completo, Alexandre Jean Noel. Dos desenhos gravados, duas gravuras, muito divulgadas por reprodução, representam as casas e jardins de Devisme em Benfca, uma outra o panorama de Monserrate e

ainda uma outra a quinta da Penha Verde. De Lisboa deixou duas estampas, o Terreiro do Paço ou Praça do Comércio, vista do Tejo, e o Aqueduto das Águas Livres. Existe ainda outra com a vista do pontal de Cacilhas, com o hospital inglês então ainda ali situado. No Museu de Arte Antiga, de Lisboa, existe um álbum das viagens de Noel no nosso país com valiosos desenhos de monumentos portugueses como o convento de Alcobaça, Óbidos, etc. Também o sacerdote francês Antoine Apuril du Pontreau, que primeiro aqui viveu recolhido no Convento dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho da Serra do Pilar, foi autor do projecto de uma ponte de pedra sobre o Douro ¹³.

Do Noel expulso por Pina Manique não sei nada; e de Origny (João José de Origny) não sei mais do que li em Latino Coelho: «Um dos mais tremendos e perigosos propagadores das doutrinas condenadas, segundo o conceito de Manique, era um francês que já fora visto promovendo na Madeira o estabelecimento ou talvez antes a difusão da maçonaria, já então ali iniciada em seus frouxos rudimentos. Chamava-se João José d'Origny. Tinha na ordem um dos seus altos graus e dignidades, de que mostrava autêntico diploma, firmado pelo famoso Filipe, duque de Orleans, já então por adular as multidões condecorado com o mentido nome de *Égalité*. Empolgado nas garras da Inquisição, e conduzido aos cárceres do Rossio, expiou em dura penitência um crime que então se julgava imperdoável aos olhos de ambas as potestades, o império e o sacerdócio. Solto da sua penitencial reclusão, nada podia obstar à nova catequese revolucionária do ousado

agitador, senão o seu extermínio imediato para longe de Portugal»¹⁴.

Em 22 de Agosto de 1791, o embaixador português em Paris, D. Vicente de Sousa, oficiou para o seu governo: «Ontem recebi a carta anónima que remeto a V. Ex.^a, e se a notícia é verdadeira, é essencial que ela aí se examine com cuidado se efectivamente tais homens desembarcam em algum dos nossos portos. O primeiro é criatura do duque de Orleans e um dos maiores celerados que existem no mundo». Em 15 de Setembro oficiava o mesmo diplomata, em seguimento do aviso anterior, que efectivamente Laclos havia partido para Portugal. Este Laclos — «dos maiores celerados que existem no mundo», segundo D. Vicente de Sousa — era o autor do célebre romance *Liaisons Dangereuses* onde se revelara, na designação feliz de Émile Herriot «um Maquiavel do sentimento» — e não só, ao que me parece.

Para o embaixador Vicente de Sousa era apenas um dos maiores celerados do mundo e parece que como tal aqui foi esperado e expulso. Com simplismo, obviou-se à complexidade da personagem; e como ele estava ao serviço do duque de Orleans — o Filipe Égalité — Vicente de Sousa talvez só por isso o julgou tão celerado como o duque. Pela leitura das *Liaisons Dangereuses* não foi certamente um celerado. Laclos foi um destes homens superiormente dotados a quem foram negadas as oportunidades para se afirmar ou a quem faltou a intuição do momento de as revelar, tendo-se queimado ao serviço de quem o não merecia. Pelo romance que escreveu — e que em todos os tempos ficará como uma obra notável —; pelas actividades em que desbaratou as suas qualidades e

aptidões, parecerá um cínico, quando não um perverso. Hoje, publicadas as suas cartas familiares, o que dele se revela nestas cartas é uma pessoa séria, cheia de ternura para os seus, obediente a imperativos morais e afectivos. De qualquer maneira, o que é certo é que o enviado do duque de Orleans não se revelou aqui sob qualquer aspecto, nem do que era, nem do que parecia ser, nem do que por sorte quisessem que ele tivesse sido. Considerado como um dos maiores celerados, sofreu o tratamento profiláctico que Pina Manique usava para tais «pestíferos», portadores do mal maçónico.

Uma outra notabilidade que veio para Portugal nesse ano de 1791, e aqui ficou como emigrado, foi o duque de Coigny, figura de relevo na corte da rainha Maria Antonieta. Não atinei nem encontrei notícia dos motivos que o levaram a escolher Portugal para país do seu refúgio; talvez a vantagem que aqui se lhe proporcionou de um posto elevado no exército onde ele, tanto quanto sabemos, só teve as honras e as vantagens.

Este duque de Coigny — Marie Henri de Franquetot —, como é do conhecimento de todos os que têm uma suficiente notícia dos acontecimentos e personagens da última corte de Versailles, foi estribeiro-mór de Luís XVI e comandante dos dragões. Fez parte do grupo de jovens aristocratas que rodearam o conde d'Artois e pertenciam ao grupo de convidados do Petit Trianon.

Instalou-se em Lisboa e aqui viveu com certo estado, embora sem ostentação. Em Lisboa, no ano de 1795, casou com a condessa de Châlons, também emigrada e viúva do antigo embaixador conde de Châlons. Dois anúncios da *Gazeta de Lisboa* levam-me a supor que o novo casal foi forçado a reduzir as despesas da sua casa,

pois ali aparece como vendedor de, pelo menos, parte das suas equipagens¹⁵.

«O duque de Coigny — escreveu outro emigrado — era tido como um embaixador de Luís XVIII após a paz e na altura da chegada de Lannes; não mais frequentou a corte, mas o enviado francês desconfiou e Coigny foi dos primeiros a serem inscritos na lista de pessoas cujo afastamento Lannes exigiu. Apesar da amizade que o Príncipe Regente lhe dedicava e do que lhe custava a separação, foi forçado a consentir e a intimar-lhe a saída de Portugal em curto prazo. Como nem sequer lhe foi dado tempo para aguardar a partida do primeiro paquete, lorde Fitz-Gerald pôs à disposição do duque uma embarcação para o transportar a Gibraltar, a fim de ali arranjar mais facilmente os meios de seguir para Inglaterra. Os Franceses perderam nele um zeloso protector, ficando, além disso, saudosos das suas qualidades pessoais onde coexistiam todas aquelas que cativam as simpatias»¹⁶.

A duquesa de Abrantes, Laura Junot, dá outra versão do papel de Lannes na expulsão do duque de Coigny. Segundo ela, «o senhor duque de Coigny havia-se refugiado em Lisboa, assim como muitos outros emigrados, e foi ali que ele contraiu matrimónio com a senhora condessa de Châlons. Ele tinha o cordão azul que sempre ostentava. Se o não fizesse o general Lannes seria o primeiro a censurá-lo. Mas o cordão azul obumbrava-lhe a vista e levou-o a pedir que fosse proibida a sua ostentação. O duque de Coigny recebeu, Deus me perdoe, ordem da corte portuguesa. A resposta foi a de um fidalgo francês dos bons tempos. Quanto maior era a sua desgraça e mais o exílio e a infelicidade o fustigavam como um chicote de pontas de

ferro, mais ele erguia a cabeça de proscrito. A consequência desta espécie de luta com o que já então começava a ser um poder universal, foi a sua expulsão de Lisboa»¹⁷.

O duque de Coigny foi, de facto, o representante de Luís XVIII junto do Príncipe Regente, que o estimava muito. Coigny agia em Portugal de acordo com outros agentes realistas, como o duque d'Harcourt em Londres e o duque de Havré em Madrid. A casa do duque de Coigny foi, em Lisboa, o ponto de reunião dos aristocratas emigrados que, encontrando a sociedade portuguesa muito fechada e até relutante ao seu convívio, concorriam ao salão da duquesa de Coigny¹⁸.

Foi o duque de Coigny quem obteve do Príncipe Regente — o futuro D. João VI — um subsídio secreto de cem mil cruzados, pago em fracções ao conde de Artois. Assim se fica a saber por um ofício de António de Araújo e Azevedo, com o número 333, datado de 9 de Setembro de 1795: «Também me comunicaram que haviam interceptado uma correspondência de Madame Lage e do Duque de Coigny pela qual constava com várias particularidades, que tinha obtido do Príncipe Nosso Sr. num subsídio de cem mil cruzados que seria satisfeito em vários pagamentos ao Sr. Conde de Artois, e que fora concedido no tempo em que o Ministério Britânico projectava pela primeira vez pôr este Príncipe à testa de uma expedição para operar uma descida em França»¹⁹.

Em 1803, como foi referido, o duque de Coigny deixou Portugal. Ficou a duquesa, que só partiu para Inglaterra seis ou oito meses depois. «No princípio do ano, a duquesa de Coigny, que tencionava juntar-se a seu marido em Inglaterra, não desejando renovar o

arrendamento de aluguel da sua casa, pediu ao Senhor de Vioménil de lhe ceder um apartamento na sua residência. Por ordem de meu tio, cedi-lhe todo o primeiro andar, que ela ocupou durante seis ou oito meses, até à sua partida»²⁰.

O conde de Châlons, que deixou viúva a senhora que viria a casar com o duque de Coigny, veio para Portugal em 1790, acreditado como embaixador da França. Como tal foi recebido na corte com o cerimonial do protocolo, o mesmo que, anos depois, foi adoptado para receber Junot como embaixador do Império.

Pouco tempo decorrido sobre o início da sua missão, o conde de Châlons desentendeu-se com o governo de Paris e, sem o apoio do gabinete de Lisboa, teria recebido ordem para abandonar o seu posto. O bom entendimento entre o conde de Châlons e o ministro Luís Pinto de Sousa foi ao ponto de o francês comunicar a este último as instruções que recebia do seu governo e de colaborar com o Intendente da Polícia para a expulsão de todos os franceses residentes ou passantes em Portugal que tivessem laivos de jacobinos. Dumouriez, então ministro dos Negócios Estrangeiros em Paris, oficiou ao embaixador exigindo explicações das suas atitudes. Prestou-lhas o conde de Châlons, mas tão pouco satisfatórias que, em 23 de Março de 1792, D. Vicente de Sousa Coutinho escreveu a Luís Pinto, avisando-o da reacção do ministro francês: «Se Sua Magestade quer pela sua grande piedade e por condescendência por el-rei (Luís XVI) e pela rainha livrar o mesmo embaixador das calúnias que fomentam contra ele os seus inimigos, o melhor meio seria o de ter comiseração de alguns franceses que foram lançados

fora de Portugal, não havendo nenhum receio, depois da correcção que lhes deu, que eles façam nada contra o repouso público, nem contra o reino».

A Convenção, porém, com menos longanimidade que Dumouriez e sem qualquer confiança no conde de Châlons, despachou para a corte de Lisboa António Darbault, com a missão de normalizar as relações diplomáticas entre a França e Portugal.

Em Março de 1793, Darbault entrou em Portugal por Elvas. Vinha munido de uma credencial de Lebrun, então ministro das Relações Exteriores da França, com o predicamento de secretário adjunto à legação francesa em Lisboa. Era também portador de credenciais para o conde de Châlons. Chegado a Elvas, o governador, Júlio César Augusto de Chermon, prendeu-o como suspeito e desprovido de passaporte. Darbault reclamou, alegou mau estado de saúde e foi por fim autorizado a prosseguir viagem para Lisboa, mas como outro qualquer viajante. Latino Coelho, com fundamento em documentos existentes nos arquivos portugueses ²¹, resume assim a odisseia de Darbault: «A 23 de Março entrava o republicano na capital e tal era o receio e o terror ao dar guarda a um francês pela fera intolerância da autoridade policial, que foi difícil ao comissário da República o deparar-se-lhe a estalagem mais modesta onde achasse habitação e gasalhado. Não decorreram muitos dias sem que Darbault se apresentasse ao ministro dos Negócios Estrangeiros para entregar-lhe a carta credencial. A resposta do ministro resolveu-se em se negar abertamente a receber aquele papel, como se de país infecto e pestilento houvesse procedido. E logo se mandaram expedir ao emissário os passaportes para que sem delonga saísse de Portugal. O francês, como

empenhado em cumprir a comissão que lhe dera o seu governo, não se deu por vencido às primeiras arremetidas do seu implacável contraditor. Escreveu, instou, em termos suaves, amenos, quase humildes, suplicou, exorou que lhe aceitassem a credencial e com ele entrasse o governo português em hospitaleiras e pacíficas relações. Recebeu de Luís Pinto o amargo desengano de que nada havia que tratar entre a corte de Lisboa e o governo da Convenção e que toda a correspondência, ainda mesmo particular, cessaria entre o ministro e um enviado que Portugal se não prestava a reconhecer. Ainda o incansável representante não dava por frustradas as esperanças, que pusera em sua missão. E tão perseverante se mostrava em dilatar a sua residência em Lisboa que para o forçar a sair de Portugal entendeu o governo ser necessária a violenta e brutal intervenção do Intendente da Polícia para expulsão do legado republicano. A 18 de Abril embarcava Darbault em direcção ao Havre em um navio americano, que também conduzia outros franceses, mandados igualmente sair de Portugal. Na viagem foi o navio apresado pelos ingleses, que levaram Darbault como prisioneiro à ilha de Guernesey»²².

Pina Manique considerava este Darbault como um «daqueles cérebros esquentados e bota fogo, e capaz de intentar tudo o que for mau, imitando aqueles que cá o mandaram». E ainda então se não definira a política de Robespierre na célebre *Mémoire sur un plan de surveillance!*

O conde de Châlons continuou assim, embora abusivamente, a ser considerado pelo governo de Lisboa como representante da França, sem, porém, poder continuar a fornecer informações ao ministro português. Aconteceu, por então, ter falecido o embaixador

português em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho. A Convenção sequestrou-lhe a casa e os papéis e, em represália, o governo português, aproveitando a morte do conde de Châlons, ocorrida em 19 de Julho de 1794, selou os papéis do antigo embaixador ²³. O gabinete do conde de Provença, então em Verona, reclamou os documentos apreendidos, mas à reclamação Luís Pinto fez orelhas moucas. O duque de Coigny esperou ter direito à posse desses documentos, como se eles constituíssem herança de sua mulher, viúva do conde de Châlons — mas foram esperanças logradas.

O antigo embaixador deixou um filho que lhe sucedeu no título, chamado António Hardoin. De 1798 a 1802 viveu na companhia da mãe e do padrasto na casa da Rua da Quintinha. Combateu na campanha do Russilhão com o posto de capitão de cavalaria, atingindo a graduação de tenente-coronel no regimento de Meklemburgo ²⁴.

Laura Junot, nas suas *Memórias*, refere-se ao conde e à condessa de Châlons: «A senhora condessa de Châlons, depois desta época, voltou a Paris, tendo resistido à desgraça e ao exílio. Encontrá-mo-la em 1814 com o título de *duquesa de Coigny*. Tinha esposado o senhor duque de Coigny depois da morte do conde de Châlons. Sua filha era esposa do senhor conde de Angosse, camarista do imperador [...]. Pelo que se refere ao conde de Châlons, ele morreu em Lisboa e muitos dos seus amigos me afirmaram que do desgosto que teve com as desgraças da família real de França, mas principalmente do que sentiu pela morte de Luís XVI» ²⁵.

A partir de 1792, intensificou-se a actividade da Intendência da Polícia na fiscalização dos franceses que

desembarcavam nos portos ou entravam no país pelas suas fronteiras terrestres. Em 18 de Agosto de 1792, Pina Manique comunicava ao ministro José de Seabra da Silva: «Vou à presença de V. Ex.^a a dar-lhe parte que é chegado a esta corte um jacobino que vem caracterizado de Secretário da Embaixada da França; e o correio Baptista que o foi de D. Vicente de Sousa, que veio no mesmo navio com ele, informará V. Ex.^a dos seus procederes, e até me fez lembrar que estas vindas de Secretários todos para a Embaixada de França, que é um meio de se introduzirem, pouparem algum procedimento e se exhibirem melhor para os seus fins. E como V. Ex.^a me encarregou a diligência dos quatro *jacobinos* que saíram de Veneza no dia 22 de Junho e que seguiam viagem para Portugal, combinando esta notícia com o que me acaba de dizer o Baptista deste Secretário Pedro Chegry, e com outro que acaba de chegar no navio *Dous Irmãos*, faz alguma inquietação no meu ânimo»²⁶.

As inquietações no ânimo de Manique aumentavam porque começavam a aparecer prenúncios de agitação e de propaganda. A agitação era mais, ou talvez unicamente, causada pelo vinho do que por ideais republicanos. Para Manique, porém, estas bebedeiras eram perigosas pela linguagem em que se manifestavam. Antes os palavrões e obscenidades das bebedeiras nacionais, donde não vinha mal ao mundo. Em conta apresentada ao marquês Mordomo-Mor, datada de 9 de Novembro de 1792, Pina Manique relatava: «Do Sumário que passo às mãos de V. Ex.^a se conhece ser certo o que praticam os franceses da tripulação do Navio que está embargado a requerimento de Jacinto Fernandes Bandeira, surto defronte do Cais de Belém; o

que as palavras que proferiram, cantando pelas suas daquele lugar era: Viva a Liberdade e morram os aristocráticos, e se ponham todos à lanterna, e irá sempre avante o que se acha principiado — e tocando um deles uma gaita»²⁷.

Havemos de convir que este *Ça ira*, ao som de uma gaita, em Belém, não era para alarmar; mas, para Manique, era pelos menos um mau exemplo, embora nesse tempo, em Belém, não houvesse, provavelmente, quem entendesse o francês.

Manique, porém, estava vigilante e atento. Dois dias mais tarde, volta a comunicar: «... que todos os domingos e dias santos, segundo agora me informam, andam por aquele sítio com uma gaitinha, dizendo em francês: *Viva a Liberdade e morra a nobreza* e que tem ido cantar defronte do Paço da Ajuda na presença da guarda. Como a matéria é séria e não se deve tomar em desprezo, dou parte a V. Ex.^a para fazer presente ao Príncipe-Regente, nosso Senhor»²⁸.

No mês seguinte voltava Manique a comunicar ao marquês mordomo-mor que uns negociantes franceses residentes em Lisboa se reuniam em casa de um cirurgião de igual nacionalidade e parente do Fontaine que havia sido expulso. Além disto, um popular francês, obreiro de profissão, havia sido encarcerado por motivo de, na oficina de caixas onde trabalhava e em outros locais onde se reunia com os companheiros lhes narrar as cenas da insurreição que proclamou a República em França»²⁹.

As precauções eram muito rigorosas e zelosas em extremo. Não foi caso raro o que aconteceu a L'Église, oficial da marinha francesa que fazia parte da guarnição do navio comandado por Dupetit-Thouars que,

andando na missão de procurar Laperouse, teve de se refugiar em Portugal, pedindo asilo, pois não desejava regressar à França revolucionária. Pois a este, antes de lhe ser reconhecida a qualidade de emigrado, lhe coube a sorte de, durante alguns meses, ficar de custódia na prisão.

Esta desconfiança de todos os franceses, esta perseguição às cegas, teve por resultado a prisão de muitos bons realistas, suspeitos de jacobinismo, somente por serem franceses e não se apresentarem suficientemente documentados. É o caso de J. B. Carrère, autor do *Tableau de Lisbonne en 1796* que nesse livro caricatural e pitoresco, dá em Portugal e nos portugueses bordoadas de cego. Carrère não chegou a ser preso mas viveu em Lisboa sempre escondido e no constante temor de cair nas mãos de Pina Manique.

Também o futuro marechal e duque de Castiglione, Augereau, aqui esteve preso na cadeia da Inquisição como suspeito de intuítos subversivos. Augereau refugiou-se em Portugal, não por motivos políticos, mas apenas por ter raptado a mulher com quem viria a casar. O general barão de Marbot, conta o caso nas suas *Memórias*:³⁰ «Augereau várias vezes me afiançou que, durante a sua estadia em Portugal, nunca fizera nem dissera qualquer coisa que pudesse alarmar o governo; contudo foi preso e metido nas prisões da Inquisição. Ali definhava havia já muitos meses quando Mme. Augereau, mulher muito corajosa, tendo visto entrar no porto um navio com a bandeira tricolor, foi a bordo para entregar ao capitão uma carta pela qual ela informava o governo francês da prisão arbitrária de seu marido. Embora o capitão do navio francês não pertencesse à marinha de guerra, resolutamente,

apresentou-se ele próprio perante os ministros portugueses a reclamar a entrega do prisioneiro e como lhe foi recusada, orgulhosamente declarou o estado de guerra com a França. Fosse que os portugueses ficassem assustados ou reconhecessem que haviam agido injustamente, Augereau foi posto em liberdade, regressando ao Havre, juntamente com sua mulher, no navio deste valoroso capitão»³⁰.

O futuro duque e marechal de França deixou Portugal em 1792. A polícia, não o querendo cá em liberdade, assim que se apresentaram a reclamá-lo e a prontificarem-se a transportá-lo — entregou-o. A declaração de guerra é pura mentira.

Foi também em fins do ano de 1792 que Calonne veio a Portugal. Como é vulgarmente sabido, Calonne, depois de uma carreira em que revelou as suas qualidades e aptidões para as altas funções de Estado, foi chamado pelo rei, em 1783, a exercer as funções de *contrôleur général*, donde saiu vilipendiado e com injusto labéu de responsável pela desorganização financeira da França. A sua administração, porém, poderá ser considerada imprudente, mas foi honesta e obedecia a um plano inteligente; mas, dadas as circunstâncias, destinada a falhar. Destituído do cargo, onde foi substituído por Necker, seguiu para a Lorena, num curto exílio, dirigindo-se dali para Inglaterra onde se manteve até 1790. Voltou a França, mas em breve regressou a Inglaterra.

Em 1791 os príncipes emigrados escolheram-no para conselheiro e administrador das finanças da causa realista resistente. Foi então que ele elaborou um vasto plano contra-revolucionário a ser executado com o

apoio das principais potências da Europa, para o que passou a percorrer a Alemanha, a Itália, a Rússia e a Espanha, sem obter êxito. No decurso destas negociações veio a Portugal. Pina Manique deu com ele e apressou-se a avisar o marquês mordomo-mor, em comunicação datada de 14 de Dezembro de 1792: «Da conta inclusa que me dá o Corregedor do Bairro dos Remulares, que passo às mãos de V. Ex.^a, verá V. Ex.^a que se acha nesta corte o célebre mr. de Calona (*sic*), que foi Secretário de Estado em França e que vem mascarado com o título de Barão de Ringler, dizendo ser inglês; que este disfarce e máscara me dá alguma coisa que meditar na presente conjuntura, e vem na companhia de outros, que declara o Corregedor na dita conta, que talvez venham também mascarados. Fico fazendo as minhas pesquizações, e lhe mando pôr *espíões* e *moscas* a ver se consigo alguma coisa que seja útil à minha comissão, e por outra parte, a quem ele se dirige e de pessoas que o procuram, de que darei parte a V. Ex.^a Queira V. Ex.^a dar parte a S. A. o Príncipe N. S. para determinar o que lhe parecer devo mais praticar»³¹.

Um dos *mascarados* que acompanhavam Calonne era o marquês de Saint-Simon. Ambos vinham encarregados de tratar com o Príncipe Regente da vinda do conde da Provença, futuro Luís XVIII, para Lisboa e de solicitar subsídios para a contra-revolução planeada por Calonne. O ministério português não acedeu à vinda do príncipe, não recusando, porém, em princípio, um subsídio para sustento dele e da sua casa. Em instruções dadas a António de Araújo e Azevedo, enviado português na Haia, Luís Pinto recomendou-lhe que por todos os modos tratasse de impedir a vinda para Portugal do conde da Provença e da marquesa de

Balbi, que o acompanhava, e facultava a Araújo e Azevedo a quantia de 4000 cruzados para a obtenção desse fim, se tanto fosse preciso. Indicava outrossim ao enviado na Haia que sugerisse ao futuro Luís XVIII que lhe era melhor acolher-se à Rússia. «O que mais nos embaraça actualmente — escrevia Luís Pinto a D. Diogo de Noronha, embaixador em Madrid — é o projecto de Monsieur [...]. Nós supomos aqui com verosimilidade que o referido projecto não é autorizado por essa corte, e em tal caso seria conveniente que em Holanda se tomassem medidas próprias para dissuadir aquele príncipe de semelhante ideia, e de passar à Rússia».

Ainda nesta primeira fase da emigração francesa para Portugal durante a Revolução, aqui veio ter uma «dame d'honneur» de Madame Elisabeth, irmã de Luís XVI, Mme. Roquefeuil. Fugiu de França logo a seguir à prisão de Madame Elisabeth, na companhia de um sobrinho — o conde Aymer de Gestas. Aqui se mantiveram, protegidos pela família real portuguesa, até 1807, tendo seguido para o Brasil com a corte. No Brasil adquiriu uma vasta propriedade na Tijuca, onde o conde Aymer de Gestas se dedicou a aclimatar morangos da Bretanha e a enxertar damasqueiros. Mais tarde Hyde de Neuville, embaixador da França junto de D. João VI, fê-lo nomear primeiro secretário da embaixada francesa.

Neste capítulo onde temos vindo a anotar as figuras de mais destaque que no ano de 1792 emigraram para Portugal, fugidos à Revolução ou removidos por causa dela, não é descabido mencionar um artista que nesse ano chegou a Lisboa e aqui se fixou. Refiro-me a Nicolas-Louis Albert Delerive, cujo nome Círculo Volkmar Machado escreveu sempre *La Riva* na sua

Collecção de Memórias, usando o apelido da família espanhola a que o artista pertencia. Delerive era um católico fervoroso e certamente a secularização da Igreja e o pouco ou nada que simpatizava com os princípios e processos revolucionários, bem como com o caminho de militância revolucionária que ia tomando a arte em Paris, tudo isto o levou a emigrar, primeiro para Espanha, onde durante algum tempo viveu da sua arte de pintor, e depois para Portugal. Permaneceu aqui cinco anos, ao fim dos quais voltou a Espanha, deixando, porém, a família em Portugal. Em 1800 regressou ao nosso país e aqui veio a morrer em Junho de 1818 ³².

III /CLERO FRANCÊS
EMIGRADO EM PORTUGAL

Terminava o ano de 1793, quando o bispo de Beja, Cenáculo, recebeu a seguinte carta, datada de Mérida em 12 de Dezembro:

Exmo. Snr.

Señor

Passa a Domiciliarse en esse Reyno Dn. Pedro Luxan Dalbinet clérigo de menores Professor de humanidades y Cathedratico en ellas en Paris, de donde sahio perseguido de aquellos tiranos; habiendo llegado a este convento de Sn Juan de Dios donde habito se proporcionó hablar de V. Ex.^a el que diso que dezeava besar su mano, p^a loque haja esta aqui tenga efecto su dezeo; que es tan solam^{te} p^a loque sirve, que para que tenga alivio en sus trabajos, no ha de menester mas, que el presentara Pobre a V. Ex.^a p^a ser socorrido.

Estoy arrelando la licencia de la Corte p^a dyfructar algunos dias de su amable compañía como assi mismo de la Sabia tertulia a q̄ me recomendara V. Ex.^a

Recebera V. E. yualmente finas expressions de mi amada hija su servidora las que me repeta cada correo quedo en esta su casa de V. Ex.^a aguardando-me dispence sus ordenes las que p^a su cumplim^{to} seran inviolables preceptos

Merida 12 de Diziembro de 1793

B. S. m^o de V. Ex.^a su mas atento y seguro
Serv^{or} Manuel de Vilhena Mozeño

Exmo. Senhor Obispo de Beja ³³

Por seu lado, D'Albinet também escreveu a Cenáculo:

Monseigneur

C'est pour avoir l'honneur de m'annoncer a Votre grandeur que je prends la Liberté d'écrire à Votre Excellence.

Il y a environ six ans que je partis de Paris tout en fuyant devant la persécution; je vins chercher dans une terre étrangère un azile à mon infortune. Les pirenées que j'avois déjà franchis me paroissant une trop faible Barrière pour mettre mes jours en Surété, je passai en portugal (*sic*) et Lisbonne m'offrit un Rempart assés puissant pour me garantir du glaive de la tyrannie. Les affaires commençant dans la suite a prendre une bonne

tourne j'hazardai de Rejoindre ma patrie, je parvins jusqu'a a Paris, mais L'Evenement fit bientot avoir que l'espoir flatteur d'un changement favorable avoit été conçu trop Legèrement il faut être de Bom Compt et convenir que la justice Divine justement irritée netoit pas alors et même pas encore satisfaite, et tant que les incrédules de nos jours, les faux philosophes du tems et les impies de toute espèce persisteront dans leur aveuglement coupable, le flau du ciel ira toujours son train.

Les arrestations des Emigrés et des Ecclesiastiques et les exécutions sanglantes que s'en suivent m'on tellement Saisi D'effroi que j'ai jugé à propos de Déserter pour la second fois, cette terre infortunée n'ayant ni possessions ni rentes dans ce pays, ma sollicitude est grand, j'ai Besoi D'appeller la providence à mon secours pour me defendre des horreurs de la misère et ne doutant point, Monseigneur, que la faculté de m'honorer de vos Sentimens j'ai tout à esperer de ses heureux accord mes voeux puises dans le sein de la Reconnoissance la plus vive et au Respect de plus profond ne cesséront de s'adresser à l'Etre Suprême pour la Conservation et la prosperité de vos jours

J'ai L'honneur d'être
Monseigneur
De votre grandeur
le très humble et obeissant
Serviteur
P^e Lugan D'Albinet
Cy-devant avocat clerc au Parlement de Paris ³⁴

Ignoro se este sujeito voltou a albergar-se em Portugal e se conseguiu o patrocínio do então bispo de Beja; a carta do homem, porém, tornava-o suspeito ao entendimento de Cenáculo e muito maior, por certo, à suspicácia sistemática de Manique. A sua primeira vinda para Portugal, quando ainda em França não havia perseguição ao clero, nem sequer ainda eclodira o movimento revolucionário, o seu retorno a França quando a Revolução estava em plena evolução e, finalmente, aquele *Ser Supremo* ao qual recomendava a saúde e prosperidades do bispo de Beja, não davam para inspirar confiança nem no carácter de D'Albinet nem na sua conduta.

De resto, ao crivo policial de Pina Manique nem os membros do clero, nem os monges escapavam. Desde 1792 que afluíam a Portugal, por terra e por mar, grupos numerosos de presbíteros e clérigos franceses que causavam sérias preocupações ao Intendente da polícia. Logo de início, Manique opôs embargos ao desembarque dos sacerdotes que não viessem munidos de passaporte ou credencial válida. Em Outubro de 1792 chegou à Figueira um grupo de sacerdotes que haviam abandonado a França e pediam refúgio. As autoridades puseram embargo ao desembarque. Recorreram ao bispo-conde, D. Francisco de Lemos, que imediatamente os assistiu e lhes enviou a carta que passamos a transcrever: «Veneráveis presbíteros e mais clérigos que havendo deixado a França aportastes, não há muito tempo, a esse porto da Figueira, vila pertencente à nossa diocese. Quem, veneráveis irmãos, deixará de se interessar, ouvindo a narração das sucessivas calamidades e desastres, em que os tem precipitado a impiedade dos vossos compatriotas, e o

desprezo de uma religião, que os vossos maiores sempre reconheceram, e tão fielmente guardaram! Nós vos asseguramos que sem dúvida tomamos parte em as vossas penas, e nos condoemos o mais que é possível da vossa dura e penosa sorte.

«Mas não podemos, contudo, entre sagrados abraços de uma fraternidade cristã (para que de todo o coração vos estendemos os braços), deixar de nos consolar, por ver que a oculta providência do nosso Deus Omnipotente, vos conceda esta ocasião de fazerdes brilhar a vossa luz entre os homens, de iluminardes ainda as mesmas regiões estranhas, de poderdes finalmente dar um exemplo da vossa constância, fazer-vos um espectáculo o mais grato, e o mais tocante, tanto para o mundo, como para os anjos, como para os mesmos homens.

«Portanto, ora choramos juntamente convosco, ora nos enchemos de alegre regozijo e das lágrimas, que derramamos é causa o funesto sucesso, que vos fez aqui aportar; e o gosto, que sentimos, nasce de vermos o asilo que o céu providentemente buscou a vossas vidas e honra.

«Nós fomos informados da vossa feliz chegada, mais tarde do que deveríamos ser; pois se acaso tivéssemos sabido com tempo, iríamos, cheios da mais pronta hospitalidade abraçar-vos, e animar-vos; e todos os bens e faculdades que possuímos, seriam com boa vontade empregados para vossa consolação e cómodo. Quanto agradável nos não será unir a esta casa de Deus, que governamos, essas preciosas pedras da igreja galicana! Com quanto gosto não plantaremos nesta horta vital, de que somos guarda, ramos de uma árvore arrancada na França, em outro tempo fecunda e florescente! Porém

como, segundo nos dizem, o Ministério tem determinado fazer-vos conduzir a algumas casas religiosas, ou mosteiros, estamos certos que nada vos faltará, para os alimentos necessários à vida, mas entretanto não podemos deixar de vos enviar algum socorro para vos reparardes, e sobre tudo para vos fazer patente e certa a nossa vontade. Tende saúde, e gozai com sossego daquela liberdade que Cristo Senhor nosso vos conceda = Paço Episcopal de Coimbra, 27 de Outubro de 1792 — Vosso servo mais afectivo e obsequioso — Francisco, Bispo-Conde»³⁵.

Esta primeira leva de eclesiásticos e outras que se lhe seguiram durante os anos de 1793 e 1794 foram distribuídas pelos conventos de S. Vicente de Paula, em Évora, Tibães, em Braga, conventos da Ordem de S. Bento e S. Bernardo da Província do Minho, mosteiro de Vilar de Frades, conventos de S. Jerónimo do Porto e da Serra do Pilar, convento da Costa, em Guimarães, e ainda em Évora no convento de N.^a Senhora do Espinheiro. Por sua vez o Arcebispo de Braga, os bispos de Bragança, do Algarve e o de Lamego hospedaram alguns em conventos e outras casas religiosas das suas dioceses.

O Intendente da polícia, Pina Manique, recomenda frequentemente aos hospedeiros e acolhedores dos sacerdotes desconhecidos «que no seu particular interesse tenham a cautela no comportamento dos mesmos Eclesiásticos para ver se pode descobrir algum motivo de desconfiança», isto é: sedição ou heterodoxia, a fim de, no caso de tal se verificar, «serem imediatamente expulsos do Reino». Nas cartas de apresentação, proíbe-os de circular ou dormir fora dos

alojamentos e manda que sejam vigiados por pessoas de confiança que os não percam de vista.³⁶

Pina Manique aperta cada vez mais as malhas da sua rede policial a fim de evitar que por alguma se possa escapar algum emigrado «perigoso», seja ele sacerdote ou laico, nobre ou plebeu, seja por descuido, piedade cristã ou solidariedade humana. Assim, recomenda insistentemente aos magistrados das fronteiras e dos portos que dificultem ao máximo a entrada dos exilados que se não apresentem munidos de passaporte. Nalguns casos aplica sanções aos comandantes dos barcos que transportem emigrados indocumentados, mesmo que sejam sacerdotes³⁷.

Em 19 de Agosto de 1794, o Intendente geral da Polícia escrevia ao ministro Luís Pinto de Sousa: «Ponho nas mãos de Vossa Excelência a Relação de dez emigrantes Eclesiásticos Franceses, que vieram de Cadiz em o Iate Português por vocação o Senhor da Saúde, de que é Capitão Francisco José de Oliveira, os quais se acham ainda a bordo do mesmo Iate, e eu os não tenho mandado desembarcar pelos motivos que vou expor a Vossa Excelência.

«Há um tempo a esta parte tem procurado as Raias das Províncias deste Reino um grande número destes Eclesiásticos emigrados, para poderem entrar nelas, eu os tenho impedido debaixo de alguns pretextos, por ver o grande peso que farão às Comunidades, onde os dirijo, pois como vêm em Terras de Espanha e talvez nestas não experimentem tão boa hospitalidade como a que cá se pratica com estes infelices, todos procuram vir para Portugal, e será um peso enorme e tal que as mesmas comunidades não possam e seja necessário pensionar para este fim a Fazenda de Sua Majestade.

«Por outra parte também por recear que entre estes, que sejam na realidade de boa fé, se possam enserir outros que venham contaminar com as suas Doutrinas os vassalos de Sua Majestade, pois é certo que entre estes mesmos Emigrados Eclesiásticos há alguns daqueles que não sejam firmes na Religião Católica Romana, e por outra parte também os factos que têm acontecido na Europa, praticados por Emigrantes, que entram em alguns Estados em boa-fé, me põem em desconfiança; e do Requerimento incluso, que me fez o Provincial dos Barbadinhos Franceses, que passo às mãos de Vossa Excelência, verá Vossa Excelência que se excluem de assistirem dois Barbadinhos dos que estão a bordo, e compreendido na Relação o não fazem a outros, que lhes consta quererem vir de Inglaterra para este Reino.

«Vossa Excelência representando tudo a Sua Majestade, me ordenará o Mesmo Senhor o que devo mandar executar»³³.

Das instruções dadas por Pina Manique às autoridades civis, são exemplos as seguintes cartas:

«5 de Junho de 1794

«Senhor Doutor Corregedor da Comarca de Braga

«Recebi a carta, que Vossa Mercê me dá na data de vinte e um de Junho próximo passado, na qual suscita a dúvida em que está da execução do que lhe ordenei sobre os Estrangeiros por se acharem no Palácio Episcopal alguns Eclesiásticos emigrados de França, que vieram buscar asilo a este Reino.

«É louvável nesse Excelentíssimo Prelado a hospitalidade que preste a esses infelices expatriados, mas deve haver toda a cautela para que se mascarem alguns, persuadidos serem daqueles que merecem haver com eles toda a contemplação, e procurem por este meio introduzir-se para espalharem doutrinas errôneas e sediciosas. A prudência de Vossa Mercê deve ser quem regula; e fazer diferença daqueles que são dignos de hospitalidade aos outros, contra os quais se deve proceder imediatamente.

«Confira Vossa Mercê estes objectos com o Excelentíssimo Prelado, como também lhe lembrará, que entre o corpo eclesiástico da França, assim como haviam muitos homens doutos, que seguiam as doutrinas de Jansénio e outras condenadas: é preciso, pois estar vivo e não consentir nestas questões, ainda que sejam para entretenimento.

«Torno a recomendar a Vossa Mercê a prudência nesta matéria, de modo que por uma parte se não falte à hospitalidade que disfrutam esses infelices que estão hospedados no Palácio Episcopal, e que por outra parte não perigue, que algum destes nos venha disseminar doutrinas, como digo, errôneas e sediciosas com que pervertem e arrastem ao precipício alguns ignorantes; e nesta inteligência é que deve obrar, conservando aqueles que o merecem, e fazendo sair os outros imediatamente deste Reino para cujo fim os deve mandar acompanhar até à Raia»³⁹.

«14 de Junho de 1795

«Doutor Corregedor da Comarca de Évora

«Nesta Intendência se legitimarão os Padres Franceses que estão no Colégio de S. Vicente de Paulo dessa cidade; os quais por ora Vossa Mercê tolerará no mesmo Colégio, advertindo ao Prelado dele da omissão que teve em não dar parte a Vossa Mercê e muito mais pelas circunstâncias que concorrem neles de terem entrado neste Reino na qualidade de Espanhóis, quando com efeito eram Franceses de nação; prevenindo ao mesmo Prelado que não devem sair fora, seja ao Campo, ou ainda mesmo na Cidade, sem que levem sempre por companheiros um dos Padres Portugueses desse colégio, e espiá-los o mesmo Prelado no seu particular, para que não espalhem ou entretenham as suas conversações em matérias perigosas e sediciosas, pois é certo que muitas das Religiões dos Regulares da França, ainda antes do ano de 1789, muita parte deles eram jansenistas, e possuídos daquele mal entendido chamado Filosofia, que precipitou a Nação Francesa na última ruína, que estamos vendo; e sendo também certo que muitos dos Eclesiásticos assim Regulares como Seculares da referida Nação prestaram o juramento Cívico, e abraçaram aqueles mesmos erros, que ainda hoje infelizmente grassam naquele Reino.

«Havendo pois emigrado grande parte destes mesmos pela decaída do partido que seguiam do Duque de Orleans e Robespierre, donde verá Vossa Mercê pelo que refiro, a quanto indispensável se faz o haver a mais séria vigilância nos indivíduos que respeitam a esta Nação, por qualquer dos lados que se olhe e o faça ciente ao seu Sucessor, para ficar igualmente nesta inteligência»⁴⁰.

Pina Manique estava bem informado do papel preponderante que o clero teve em França no curso inicial da Revolução. «Ce sont ces b... des curés qui nous perdront», dizia d'Antraignes em Maio de 1789; e um historiador da Revolução, concluindo a narrativa da deliberação dos primeiros padres que resolveram ir reunir-se ao Terceiro Estado, acentua: «Foi o primeiro passo da Revolução que assim brotava dos presbitérios que devoraria».

Para os padres que se recusaram à Constituição Civil do clero ainda se criou em França uma situação legal de excepção: não podiam exercer o culto nem receber o subsídio estabelecido, mas não eram perseguidos. Logo, porém, numa segunda fase, as suas situações agravaram-se — considerados refractários sofriam a pena de deportação. Foi o grande êxodo — e os emigrados eclesiásticos foram em maior número que o dos indivíduos das outras classes. Calcula-se que só para a Espanha emigraram mais de 5 000, muitos dos quais depois passaram para Portugal.

O acolhimento que os sacerdotes franceses tiveram em Portugal por parte do alto clero e das ordens religiosas foi generoso e fraterno. As autoridades civis, instruídas pela Intendência da Polícia, é que lhes criaram as situações embaraçosas e sustiveram o fluxo. Muitos dos que não puderam ser recebidos nos conventos ou hospedados pelos bispos tiveram que se espalhar pelo país na busca de ocupações que lhes pudessem dar a possibilidade de sobreviverem sem indignidade.

Houve os que foram admitidos pelas casas fidalgas para preceptores e mestres dos jovens. O conde de Lavradio, D. Francisco de Almeida Portugal, conta nas suas *Memórias*: «Também comecei a estudar a língua

francesa com um eclesiástico francês, que tinha sido cônego de Santa Genoveva, em Paris, chamado Doisseau ou Doissot. Debaixo da direcção deste mestre, que tinha bom método, cheguei a traduzir e falar alguma coisa, mas só anos depois me aperfeiçoei nesta língua debaixo da direcção, primeiro do Abade Boiret, vendeano, e depois do Abade Laloir, natural de Arras, ambos eles emigrados, assim como o primeiro. Este último foi quem me ensinou a falar e escrever com a devida correcção»⁴¹.

O abade Renato Boiret acompanhou em 1807 a Côrte quando a família real partiu para o Brasil e por lá ficou. Foi confessor de D.^a Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil, enquanto princesa, e depois capelão de D. Pedro. Mais tarde foi nomeado capelão geral do exército imperial brasileiro.

Para muito poucos, porém, a Fortuna foi assim favorável; no geral, a sorte ou lhes foi medíocre ou adversa. Na correspondência de Cenáculo encontram-se muitas cartas de padres franceses aqui refugiados, pedindo o auxílio do prelado. Sejam dados dois exemplos: em 1795, Jean François Goyen, vigário de La Plaine, diocese de Nantes, conta a sua odisseia e informa que, tendo desembarcado no Porto, se encontrava perto de Guimarães, sem que o Arcebispo de Braga lhe pudesse valer, por já ter muitos padres franceses a manter (*Correspondência dirigida a Cenáculo* — Bibl. de Évora, — $\frac{\text{CXXVII}}{1-12}$). Em 1797 o P.^e João Tibúrcio Delon, cônego regrante, diz que tem de regressar a França, correndo todos os riscos, pelo mesmo motivo (idem, idem, $\frac{\text{CXXVII}}{1-11}$).

Percorrendo a *Gazeta de Lisboa* encontram-se anúncios que denunciam as situações difíceis e certamente precárias em que muitos desses sacerdotes se encontravam para recorrerem a tal meio de angariação de sustento e albergue. Como exemplo ilustrativo, aqui deixo alguns:

— «Um sacerdote *Francês*, que foi obrigado a deixar a sua Pátria por zelo da Religião, se oferece para Capelão em alguma Casa nobre, e juntamente para educar alguns meninos, achando-se com as qualidades necessárias para formar uma boa educação. Quem dele precisar, na loja da Gazeta receberá ultteriores informações» (*Suplemento ao N.º L — 18 de Dezembro de 1795*).

— «Dous Sacerdotes *Franceses, Beneditinos*, da Congregação de *S. Mauro*, tendo alcançado de S. M. licença para estabelecerem nesta Corte uma casa de educação, intentam dar-lhe princípio no 1º de Julho próximo. Para este efeito têm alugado casas convenientes, donde hão-de assistir com eles os discípulos, a fim de poderem mais oportunamente fornecer-lhes as instruções, e cuidar ao mesmo tempo na sua disposição moral e física. Os ditos sacerdotes já ensinaram nos colégios da sua Congregação, e os regeram por muitos anos. Na sua nova Escola ensinar-se-á principalmente tudo o que diz respeito à Religião Católica e bons costumes; depois, as línguas *Latina, Francesa e Inglesa*, e, a quem o desejar, a *Grega*, a História Sagrada, a Profana, Geografia e Cronologia, Retórica, Álgebra e Geometria» (*2º Suplemento ao Nº XIX, de 14 de Maio de 1796*).

— «Mr. Houet, Presbítero *Francês*, residente no Convento da Graça desta cidade, faz saber ao Público que ele tem remédios para curar dentro de poucos dias

radicalmente a ciática mais antiga, as dores reumáticas, e toda a espécie de febre, seja terçã, quartã, etc.; como também a terícia mais inveterada, e a sarna; cura a tinha sem pôr emplastro, nem fazer operação alguma dolorosa, conservando até o cabelo, se assim se desejar; toda a espécie de impigens, ainda que procedam de mal venéreo, e este mal sem usar de mercúrio, como igualmente toda a casta de chagas e úlceras. Também tem alguns bons remédios para diferentes moléstias de olhos. Todos os referidos medicamentos, que são da sua particular composição, se podem já haver, e ele promete dá-los pelo preço mais cómodo a quem os procurar, estando pronto a fazer em público ou em particular as experiências que forem necessárias para provar a sua eficácia» (2º *Suplemento ao N.º X, 11 de Março de 1797*).

No suplemento do número seguinte da referida gazeta rectificava-se que Mr. Houet não pretendia mais «que vender os segredos daqueles medicamentos».

Parece que ninguém lhe comprou os «segredos» porque em Portugal continuou a haver enfermos.

— «P.^e Diogo Restouille, reside há muitos anos em Lisboa, habita a casa da Rua do Espírito Santo para o Rossio onde dá lições de francês e ensina os princípios da Religião Católica Romana — tudo por 2.400 por mês, pagando adiantado.» (*N.º LII, de 30 de Dezembro de 1800*).

A maioria dos sacerdotes franceses emigrados em Portugal não deixou rasto da sua passagem pelo nosso país; e alguns que fizeram trabalhos de nota, apenas deixaram tradição vaga e anónima. Foi o caso do construtor da ponte de barcos que atravessava o Douro, ligando o Porto a Vila Nova de Gaia ⁴².

Já o mesmo não aconteceu com D. Diogo da Piedade, um dos religiosos franceses desembarcados na Figueira da Foz em 1789. Acolhido no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, ali viveu até à extinção das ordens religiosas em Portugal. Veio a morrer em 6 de Junho de 1837 na Quinta das Sete Fontes. Foi professor de francês no Colégio das Artes e deixou, de sua autoria, uma gramática francesa ⁴³.

IV / OS EMIGRADOS FRANCESES
AO SERVIÇO
DO EXÉRCITO PORTUGUÊS

«Pode bem dizer-se, escreveu Jean Vidalane, que a continuação da guerra depois da desastrosa campanha de 1792 foi uma felicidade para os emigrados, pois grande número deles pôde assim conseguir, mais ou menos rapidamente — no geral ao fim de algumas semanas — um modo de vida, ingressando, individualmente ou em grupo, no serviço dos países estrangeiros. Sem dúvida a sua instrução militar era em muitos casos limitada ao que puderam aprender entre o Reno e a Argonne». Aos que se encontravam nestas circunstâncias foi difícil conservarem os postos cómodos que os príncipes, com mãos largas, lhes haviam distribuído. Mas, não tendo conhecimentos de nenhuma profissão susceptível de ser exercida sem investimentos que não possuíam — fosse o de comprar um estabelecimento de comércio ou um cargo público — encontraram na profissão das armas uma solução para as necessidades do dia a dia. Nestas condições vamos encontrar muitos emigrados em quase todos os

países da Europa, por vezes mudando de um para o outro, constituindo corpos mais ou menos importantes, nominalmente de origem francesa, mas cuja composição variava com o tempo, ao acaso das baixas, das deserções e dos recrutamentos para preenchimento de vagas.

Aliás um tal procedimento era usual no século XVIII; todos os exércitos tinham em tempo de paz uma certa percentagem de estrangeiros e em tempo de guerra alistavam vencidos, voluntários ou vários supletivos, o que constituía uma tradição. O rei de França bem como o rei de Espanha possuíam regimentos irlandeses, suíços ou suecos; e, desde os corpos hanseáticos até aos corpos não-alemães de *Waffen S. S.* contratados pela Grã-Bretanha para combater os insurrectos americanos, a tradição dos mercenários estrangeiros assentava em bases firmes. Os emigrados franceses do período revolucionário tinham o seu equivalente nos emigrados dos países vizinhos da França que combatiam nos exércitos republicanos, constituindo as companhias da legião *Allobroges*, dos *Franceses regenerados* e dos *Irlandeses livres*»⁴⁴.

Foi em Inglaterra, ao que suponho, que se formaram os primeiros regimentos de emigrados. Os Franceses que se refugiaram em Londres durante os primeiros tempos da emigração estavam, de uma maneira geral, dotados com meios suficientes para se manterem. Só depois da dissolução do exército dos príncipes é que se deu a afluência a Inglaterra de grande número de emigrados combatentes, que se encontravam desprovidos dos recursos necessários à subsistência. Para lhes valer se formaram juntas de socorro que durante algum tempo os subvencionaram mensalmente a dois guinéus por cabeça — o que, para o tempo, não

era miserável. Ao fim de alguns meses, porém, as contribuições foram diminuindo e a ociosidade em que esses emigrados viviam, quase todos jovens, viria a ocasionar más condutas e alguns procedimentos escandalosos. Houve então quem pensasse em formar com eles legiões militares ao serviço da Inglaterra na sua luta contra a França republicana. A ideia entrou em execução e, para provocar o alistamento nelas, em Março de 1793, foram completamente extintos os subsídios de socorro ⁴⁵.

Na sessão dos Comuns de 17 de Março de 1793, Pitt propôs a constituição de um corpo de tropas composto por 40 000 franceses, emigrados ou desertores ⁴⁶. Assim, foi em Inglaterra que, independentemente do pequeno exército de Condé, se organizaram os principais regimentos de emigrados franceses que actuaram em vários teatros da resistência e da guerra aos exércitos da República Francesa. O *Loyal Emigrant* foi o primeiro a ser constituído. Subsistiu até 1802. Os regimentos de *Castries* e de *Mortemart* serviram primeiramente nas regiões do Reno e foram depois transferidos para Portugal ⁴⁷.

Acontecia então (1796) que o gabinete português se encontrava numa situação difícil. A Espanha negociara separadamente a paz com o governo do Directório e assinara o tratado de Basileia, sem prevenir o governo português e sem o incluir, consequentemente, nem nas negociações nem, como é óbvio, no tratado. E não só as duas potências contratantes excluíram o nosso país do acordo, como também, pelo artigo 15º do referido tratado, se criava entre Portugal e a Espanha uma situação equívoca: «A República Francesa, desejando dar um testemunho de amizade a Sua Magestade Católica,

aceitou a sua mediação a favor do Reino de Portugal, do Reino de Nápoles, do Rei da Sardenha, do Infante Duque de Parma e dos mais Estados da Itália para o restabelecimento da paz entre a mesma República e cada um destes príncipes e Estados.

Portugal não aceitou a mediação da Espanha e abriu negociações directas com a França e com a Espanha. A doblez do governo espanhol e a atitude exigente e cominatória da França contra a nossa aliança com a Inglaterra, levou o gabinete português a concluir pela iminência da guerra, em que a França e a Espanha se coligariam contra Portugal.

Um episódio em que a prepotência da Inglaterra nos comprometeu, agravando as más relações entre a Espanha e Portugal, foi a batalha do Cabo de S. Vicente. Uma fragata portuguesa chamada *Tritão*, comandada pelo capitão de fragata Donald Campbell, dera aviso à esquadra inglesa, comandada por John Jervis, da aproximação da frota espanhola, travando-se então a batalha em que a esquadra espanhola foi desbaratada.

Quase imediatamente, a Espanha aumentou os efectivos dos corpos de exército aquartelados na Estremadura e os Generais Urrutia e O'Ferril estabeleceram quartel general em Badajoz. Por outro lado, as vitórias de Bonaparte em Itália e o tratado de Leoben deixavam à França a disponibilidade de forças poderosas para uma acção contra Portugal. Foi então que o ministro português em Londres recebeu instruções prementes para reclamar junto do gabinete inglês um auxílio poderoso e eficaz, acentuando que a situação perigosa em que estava Portugal resultava quase unicamente da sua fidelidade à Inglaterra. O governo inglês enviou então um comboio de 39 navios que

transportava um exército de cerca de 6000 homens, comandado pelo marechal de campo Sir Charles Stewart. Era composto, além de um regimento inglês de cavalaria, por quatro regimentos de emigrados franceses ao serviço da Inglaterra, sendo três de infantaria — o de Castries, o de Mortemart e o de La Châtre — e um de artilharia, o Rotalier.

Assim, em 1798, as forças inglesas e os regimentos de emigrados que se encontravam em Portugal eram:

— 12.º regimento de dragões ou do príncipe	
de Gales	538 homens
— Artilharia britânica	3 »
— Artilharia, regimento Rotalier	271 homens
— 20.º batalhão do 1.º regimento de	
infantaria real	546 »
— 50.º regimento de West-Kent	542 »
— Loyal Emigrant	415 »
— Regimento de Castries	606 »
— Regimento de Mortemart	541 »
— Royal Etranger	563 »
— Regimento de Dillon	576 »
— Caçadores franceses.....	74 »
— 17.º regimento de dragões ligeiros ..	556 »
— 27.º regimento de dragões ligeiros ..	501 »

Total.....5 732 homens

Esta aglomeração de emigrados assoldados pela Inglaterra, bem como a de tropas inglesas onde não rareavam os franco-maçons, preocupava Pina Manique, que se considerou obrigado a chamar a atenção dos ministros para o perigo da sua disseminação pelo interior do país e pelos fortes da costa: «Não sei Senhor as razões políticas que obrigam a Corte a entregar as fortalezas da principal segurança da capital a estrangeiros, e de semelhante Nação, porque será fácil ao inimigo comum ganhá-los logo que lhes acene com serem restituídos à sua pátria e entrarem na posse das suas casas. Se eu vejo os irlandeses e venezianos revoltados contra a sua própria pátria e que entre esta vil canalha há muita gente desta qualidade, como não hei-de eu temer que infelizmente possa acontecer aqui o mesmo? Muito mais se me suscitam estas ideias, vendo agora desertar quatro sargentos, juntos, e dizer o seu próprio chefe que vão para França»⁴⁸.

Esta situação também surpreendeu Laura Junot, quando acompanhou seu marido a Lisboa, aonde ele vinha como ministro plenipotenciário: «Entre 1798 e 1799 ocorreu em Portugal uma coisa bastante singular e que em parte esclarece os acontecimentos políticos desta importante época, a qual foi a entrega dos fortes de S. João, Santo António, Cascais e Oeiras às tropas inglesas e de emigrados a soldo da Inglaterra. O regimento de Dillon estava em Cascais, um regimento inglês em Oeiras, em Belém o Royal Emigrant em Lisboa os regimentos de Castries e de Mortemart»⁴⁹.

Independentemente destas tropas a soldo da Inglaterra, o governo de Lisboa pretendeu reorganizar o exército português com comandos estrangeiros,

aproveitando de entre os emigrados que se encontravam em Londres os militares com prestígio e capacidade.

O marquês de Toustain, que esteve ao serviço de Portugal de 1801 a 1808, ano em que regressou a França, depois de bem se entender com Junot, dá notícia nas suas *Memórias* desta espécie de recrutamento: «1801 - Julho — Durante este mês, a corte de Lisboa pediu um general para comandar o seu exército, com capacidade para o organizar. O governo inglês propôs o conde de Vioménil. O embaixador português, conde de Lima, apresentou ao general as condições propostas pela sua corte e ficamos aguardando a resposta às condições que o general apresentara.

«Entretanto, a França e a Espanha estabeleceram a paz com o governo de Sua Magestade Fidelíssima, o que nos fez recear que as nossas propostas fossem recusadas. Nos princípios de Setembro, o príncipe do Brasil concedeu a meu tio o posto de feld-marechal, com licença para levar consigo muitos oficiais à sua escolha, que colocaria onde entendesse. M. de Vioménil agregou-me à sua pessoa na qualidade de primeiro ajudante de campo e obteve-me de «Monsieur» a patente de tenente de cavalaria. O governo inglês prometeu-lhe uma fragata e um navio de transporte para o conduzir mais os seus acompanhantes. Recebeu 100 000 francos para as primeiras despesas. O embaixador entregou-lhe esta importância em quatro notas bancárias, que meu tio me encarregou de trocar em notas de menor quantia...» — «No dia 20 o general apresentou ao enviado de Portugal, o conde de Lima, os oficiais que havia escolhido para o acompanharem: o comendador Belathier, o senhor de La Serre, o senhor de Lagondie, o senhor de Molien e eu. Embarcámos na

fragata *La Constante*, comandada pelo capitão Mudge. Só no dia 21 de Novembro entrámos no Tejo e no dia seguinte fundeámos defronte de Lisboa.

«Às dez horas, o marechal (dêmos-lhe o seu título português) ordenou-me que fosse a casa de D. João de Almeida, ministro da Guerra, para lhe anunciar a nossa chegada e lhe pedir as suas ordens e licença para desembarcarmos. M. de Molien acompanhou-me, mas só fomos recebidos alguns dias depois. Meu tio ficou muito satisfeito com o acolhimento.»

«A 3 de Dezembro (por lapso Toustain escreveu Novembro) M. de Vioménil partiu para Mafra, onde foi ao regente que se mostrou muito atencioso.

«A 17, meu tio apresentou ao Sr. de Almeida os oficiais que o acompanhavam e no mesmo dia fui recebido cavaleiro de São Luís e foi promulgado o decreto que nos admitia ao serviço de Portugal»⁵⁰.

Os quadros da oficialidade do exército português encontraram-se assim pletóricos com a admissão dos emigrados franceses: eram o conde e visconde de Vioménil, o visconde Chalup, o conde de Gondie, o conde Alexandre d'Ollone, o conde de Molien, o conde de Lagondie, o conde de Chambars, o marquês e o conde de La Rozière, o barão de Merle, o conde de Novion, o cavaleiro de Kerouat, o marquês de Jumilhac, o marquês de Toustain, etc. etc. — o que suscitou reparos e descontentamento entre os oficiais portugueses.

Chegou, porém, a altura em que se impunha travar a admissão de mais emigrados no exército português; e tão apertadamente, que o Príncipe Regente recusou atender a um pedido apresentado directamente pelo

duque d'Enghien (o que depois foi raptado e fuzilado em Vincennes). O futuro D. João VI escreveu-lhe, em resposta, de seu punho o que transcrevemos:

«Je Me serais fait un vrai plaisir de prendre à Mon Service l'officier que Votre Altesse Serenissime à bien voulu Me recommander mais Je ne puis Me dispenser de Vous temoigner que le nombre d'officiers Etrangers, qui sont entrés à Mon service étant devenu très considérable, je me suis déterminé à ne point l'augmenter pour le moment, pourtant dès qu'une occasion se presentera, Je M'empresserais de Vous marquer combien je désire Vous être agréable. Je saisis cette occasion pour vous assurer de Mon attachement et considération

à Queluz, le 27^e May 1803
Votre très affectionné
Jean»⁵¹

Em consequência da paz geral, os regimentos de emigrados *Mortemart*, *Castries* e *Loyal Emigrant* foram dissolvidos. Os emigrados que os compunham não se apressavam, porém, a deixar Portugal; iam saindo lentamente e nunca em grupos numerosos, o que criava frequentemente embaraços nas relações entre o gabinete português e o governo consular. O general Lannes, quando veio para Lisboa como ministro acreditado, pôs a peito acabar com a situação. Em Julho de 1802 escrevia ao seu governo: «O Ministro da República em Lisboa encontra-se numa situação que exige a maior atenção do governo; a Inglaterra não se contenta com a influência que lhe dão as suas relações comerciais e com

a posição que adquiriu durante a guerra actual, ela quer exercer uma influência mais directa, mantendo aqui Regimentos de emigrados que mantêm o governo na mais servil dependência. O seu número é de 3000 homens; 4 corpos, a saber: Mortemart, Castries, Loyal Emigrant e artilharia. O gabinete Britânico é que lhes paga e eles vestem o uniforme inglês e todas as condecorações do antigo Regime e só dois dias antes da minha chegada os obrigaram a deixar de trazer o tope branco.

«O marquês (*sic*) de Novion, Emigrado francês, comanda a polícia da cidade e a segurança da feitoria francesa está nas suas mãos.

«Considero, cidadão Ministro, que um tal estado de coisas é incompatível com a dignidade da República e vou insistir para que estas tropas se retirem ou sejam imediatamente licenciadas.

«A República mandando regressar as suas tropas antes que o gabinete de Lisboa tivesse cumprido os seus compromissos, deu-lhe um exemplo que ele deve imitar.

«Tolerar a existência destes regimentos é, por assim dizer, meter nas suas mãos os agentes da República e os emigrados não devem permanecer armados nos mesmos locais onde reside o Plenipotenciário francês.

«É possível que o gabinete Britânico tente impedir o efeito das diligências que estou no propósito de fazer, e encontrará bastantes apoios nos ministros portugueses que todos são seus apaniguados. A dedicação que têm à Inglaterra é tanta que quase todos os subordinados imediatos são ingleses.

«Quanto ao Príncipe, esse é completamente nulo; a sua única ocupação é a caça e o seu único divertimento é cantar cantochão e por tal ser aplaudido pelos frades.

«Portanto não há que esperar conseguir obter de semelhante gabinete senão o que a força das coisas o obrigar a fazer e o licenciamento dos Emigrados parece-me estar neste caso.

«Peço desde já, C. M., sobre este ponto a aprovação do governo e tenho a certeza que o 1.º Consul ma dará tão ampla como desejo»⁵².

Meses depois Lannes já podia comunicar para Paris: «Finalmente, os emigrados embarcam; o primeiro comboio partiu para Inglaterra com o Sr. Vioménil»⁵³.

Noutro ofício para o ministro das relações externas da França, Lannes pormenorizou:

«Disse-vos anteriormente que do Ministério português nada se conseguiria obter, a não ser que tudo lhe fosse arrancado; dou-vos agora a prova mais completa disto na Nota N.º 1 que considerei necessário enviar ao Sr. D'Almeida, bem como na N.º 2. É a primeira vez que o ministro cumpre a sua palavra, pois os emigrados foram expulsos de Lisboa em 24 horas e não se verá mais nenhum na cidade. Tenho a certeza agora que as cruces, os cordões, etc., desapareceram assim como da ordem de proibição ter sido dada, pois o príncipe voltou costas ao Sr. de Ménard, oficial da Legião que se apresentou na Côte com uma Cruz de S. Luís.

«O Sr. de Vioménil não assumirá o comando do exército português, pois aproveitei o ensejo para me opor, pois o documento da sua nomeação de general em chefe deverá ser-lhe entregue precisamente no dia da minha nota. Na véspera encontrei-me com o velho general conde de Goltz, antigo e respeitável companheiro do grande Frederico, que comandava aqui,

que me pusera ao corrente das intrigas que o forçaram a ceder o seu lugar a Vioménil.

«O Sr. D'Almeida modificava tudo de acordo com o ministro inglês e independentemente do príncipe.

«A nomeação de Vioménil não era mais que o primeiro passo para a execução de um plano mais vasto, com o qual se pretendia levar S. A. R. a tomar ao seu serviço os regimentos de emigrados. O Sr. D'Almeida já me havia sondado para ver a minha reacção. Se ele fosse avante, conforme os seus desígnios, inspirado pelo seu amigo, Portugal ter-se-ia tornado, de facto, uma província inglesa»⁵⁴.

Mas não só os ministros do Príncipe Regente, D. João, se viam atormentados com as reclamações dos representantes da França por causa dos regimentos de emigrados, como também os atormentavam os emigrados franceses, em serviço no exército português, com exigências e reclamações. Em Maio de 1806, o marquês de La Rozière representava ao Príncipe Regente:

Senhor

«Diz o marquês de La Rozière que cinco dos oficiais que ele trouxe consigo quando foi chamado por S. M. F. a Rainha Augusta Mãe de V. A. R. para ocupar o posto de Quartel-Mestre General do Exército de Portugal, sempre ficaram em uma sorte de esquecimento que não merecia o seu zelo e fidelidade no serviço de V. A. R.

É por isso que o marquês de La Rozière, sumamente desejoso da felicidade e adiantamento destes oficiais, tem a honra de suplicar a V. A. R. para que, tendo respeito aos serviços de nove anos que eles fizeram, já

na guerra de 1801, já nos trabalhos de digressões da Inspeção Geral das Fronteiras, que V. A. R. dignou-se de honrar com a sua Régia aprovação: V. A. R. seja servido mandar que se lhes despachem os Provimentos e Vantagens que lhes foram prometidos conforme a Relação que o suplicante toma a liberdade de ajuntar a esta presente Petição; observado de mais que os Condes de Chambors e de La Rozière não receberam adiantamento nenhum de Posto na sua entrada no serviço de Portugal e que eles assim como os mais oficiais que o suplicante foi autorizado a trazer consigo e ficaram infelizmente privados do soldo dobrado que se lhes tinha sido prometido autenticamente pelo Ministro de Portugal em Londres, e de que gozam os mais oficiais estrangeiros em serviço de Portugal. Dois deles somente entre todos os oficiais que compunham o Estado Maior General do Exército, a saber o conde de Novion e o cavalheiro Du Fay, foram promovidos depois da campanha de 1801 ao posto de Coronel; porém, como estes dois oficiais não podiam valer-se de serviços mais relevantes de que os seus companheiros, o seu provimento sendo assim exclusivo e privilegiado como também aquele dos oficiais que no mesmo tempo trouxe consigo o conde de Vioménil, parecia a respeito dos condes de Chambors e de La Rozière que ficavam nos mesmos graus que eles antigamente tinham no serviço del'Rei de França, uma sorte de humilhação que eles não tinham merecido, e de que humildemente pede agora o Suplicante a V. A. R. queira suavizar-lhes o sentimento, concedendo-lhes o seu Provimento competente, que já há muito tempo, lhes foi prometido por repetidas vezes.

«Quanto aos mais, três oficiais do Estado Maior General do Exército, que vão referidos na dita Relação aqui junta, já V. A. R. dignou-se os contemplar como susceptíveis dos Provimentos que pretendem.

«Tanto mais justos e dignos da Régia generosidade de V. A. R. são os Provimentos que solicita o Suplicante, que em todos os Estados militares da Europa os oficiais do Estado Maior do Exército ajuntam a serviços importantes, se já (*sic*) em tempo de Paz, seja em tempo de Guerra, talentos tais, que não podem ser assemelhados com os mais oficiais do Exército, e por isso julgo que os oficiais do Estado Maior merecem uma verdadeira distinção e estão sempre susceptíveis de Provimentos, sem que possam os outros Corpos do Exército queixar-se de preferência.

«Porém no caso que dá lugar à presente humilde representação, longe que se peça preferência nenhuma, pede-se somente o despacho de Provimentos prometidos por repetidas vezes por V. A. R. e por seu Ministro da Guerra, como consta da carta escrita ao marquês de La Rozière pelo Visconde da Anadia em 27 de Janeiro de 1804, cuja cópia vai também aqui junta.

«Tais são os objectivos que o marquês de La Rozière tem a honra de pôr aos Pés de V. A. R., esperando da sua Régia bondade e exímia justiça, que V. Alteza Real digne-se de contemplar e mandar despachar, assegurando ao mesmo tempo a V. A. R. que o seu incomparável zêlo e a sua incorrupta Fidelidade assim como dos oficiais do Estado Maior do Exército nunca experimentarão nem podem sofrer alteração ou diminuição nenhuma, mas pelo contrário estão de mais em mais fervorosos pelo serviço de V. A. R.

P. a Vossa Alteza Real que seja servido conceder os Provimentos pedidos.

Lisboa — de Março de 1806

E. R. M.

O Marquês de La Rozière»⁵⁵

A relação a que se refere o documento transcrito é a seguinte:

«Provimento dos oficiais do Estado Maior General do Exército, criado pelo Decreto de S. A. R. de 10 de Janeiro de 1797

OFICIAIS COM OS SEUS POSTOS ACTUAIS	POSTOS DE QUE ESTÃO SUSCEPTÍVEIS
O Brigadeiro de Infantaria Luis João de la Boessièrre, Conde de Chambors	Marechal de Campo com soldo dobrado da nova Tarifa, restituindo-lhe a preferência que se lhe tinha sido dada entre os Brigadeiros, na Promoção de 25 de Janeiro de 1801.
O Coronel de Cavalaria, João, Conde de La Rozière	Brigadeiro de Cavalaria com a Comissão de Ajudante Geral de Estado Maior General, soldo dobrado da nova Tarifa.
O Coronel de Cavalaria, Barão de Merle	Estando ainda este oficial em França com licença, pode-se demorar a sua nomeação a Brigadeiro de Cavalaria, até que volte para Portugal, fazendo-se-lhe então esta mercê da mesma data que ao Conde de La Rozière, por serem ambos Coronéis do mesmo dia.
O Capitão de Infantaria, João Renato Bahon, Cavalheiro de Kerouat	Major de Infantaria, com soldo dobrado da nova Tarifa.
O Secretário Geral de Estado Maior, Sebastião Du Boys	O soldo dobrado da nova Tarifa correspondente à graduação de Coronel, com as outras prerrogativas e honras pertencentes àquela graduação.

N. B. — S. A. R. dignou-se considerar os Provimientos que vêm aqui referidos para os três primeiros oficiais, como uma justiça que se lhes deve fazer; e quanto aos outros oficiais, compreendido o Secretário Geral, S. A. R. foi servido fazer-lhes a mercê dos seus Provimientos para premiar os seus serviços durante oito anos empregados em Portugal.

O Marquês de La Rozière»⁵⁶

Muitos dos oficiais franceses emigrados que haviam sido colocados no exército português, quando as tropas francesas comandadas por Junot se apoderaram de Portugal, colocaram-se ao serviço do Império francês, uns incorporando-se na Legião Portuguesa, outros ficando em Portugal a colaborar com os invasores, retirando-se, depois da Convenção de Sintra, para o seu país com o exército francês. Aproveitaram a oportunidade por que ansiavam e que o conde de Francigny Lucinge tão precisamente traduzia quando de Londres confessava a Roederer: «Fomos colegas na mesma assembleia; foi isto em 1789 e estamos em 1802 [...] Hoje estou com mais doze anos [...] Tenho uma mulher que desejo tornar a ver, três filhos crescidos que não conheço. Toda a minha política consiste agora nisto. Restituí-me-los e restitui-me a eles. Fazei que me recebam em Calais e que aí eu encontre uma ordem que me mande passear na Borgonha. Aí teria a minha mulher, os meus filhos, um tecto e alguns bocados de terra, e juro-vos que não mais me ouviríeis palavra a não ser quando vos agradecer o bem que nos teríeis feito. Confesso-vos que estou farto da emigração até aos cabelos. Por favor livrai-me daqui»⁵⁷.

O duque de Castries, no seu livro *Les Émigrés*, dá, a págs. 277, uma síntese rigorosa do estado dos ânimos,

no final da emigração: «O cuidado que imediatamente o jovem Cônsul de trinta anos manifestou de resolver os problemas suscitados pela emigração, permite pensar que ele, melhor do que mais ninguém, da sua importância e dos seus perigos.

«Com inigualável habilidade, ele, durante os anos seguintes, conseguiu subtrair à emigração a quase totalidade dos seus efectivos, reconciliando-se com o clero por meio da Concordata e com os emigrados pela amnistia. Reduzida por efeito destas medidas a um punhado de fiéis, a emigração além fronteiras não passou de ser mais do que um espectro...»

Em Portugal cerca de 63 % dos emigrados, seja alistados no exército português, seja a soldo da Inglaterra, exerceram aqui funções militares. Dos que aqui vieram a soldo da Inglaterra, poucos ficaram depois da retirada dos seus regimentos em 1802; dos que estiveram incorporados no exército português, o maior número colaborou com Junot e regressou a França amnistiado. Pina Manique fora profeta.

V / A VIDA SOCIAL DOS EMIGRADOS E A SOCIEDADE PORTUGUESA

Em Portugal, como aliás sucedeu em quase todos os outros países onde se refugiaram os emigrados, os franceses viveram separados dos naturais, fazendo sociedade à parte, mais acampada do que estabelecida, repartida em diversos pequenos grupos; — o dos nobres, militares ou com missões políticas, o dos eclesiásticos e o daqueles que não tendo alcançado estatuto ou protecção governamental foram vivendo à mercê do que obtinham do seu trabalho ou de eventuais protecções. Este grupo era heterogéneo e nele se incluíam emigrados de todas as classes. Os eclesiásticos dedicavam-se principalmente ao ensino e ao preceptorado em casas nobres ou simplesmente abastadas ⁵⁸, os de outras classes recorreram aos seus préstimos, ilustração e conhecimentos para agenciarem os meios de sobrevivência.

As famílias nobres viviam uma vida retirada, por falta de recursos, de criados e de condições para a representação social que lhes competia. Por outro lado,

as suspeições da polícia, que em cada emigrado, se não vislumbrava um jacobino, suspeitava um pedreiro livre; a reserva com que os emigrados eram recebidos pelas famílias portuguesas, os maus olhos com que eram vistos os militares estrangeiros pelos oficiais nacionais do exército português; o diferente e medíocre estilo de vida da sociedade portuguesa, tão outro daquela em que os emigrados viveram, o que levou Madame Lage de Volude a escrever de Lisboa: «...il n'y a point de société; les femmes vivent avec les commensaux de leur maison». O cavaleiro Blondin d'Abancourt confirmava a apreciação de Mme. Lage, mas com um pouco mais de indulgência. Referindo-se a Lisboa escrevia: «Cette grande ville bâtie en amphithéâtre, et son port incomparable, éclairés tous deux par un radieux soleil, nous firent impression». Além disto, reconhece que as margens do Tejo oferecem «paysage enchanteur». A Blondin d'Abancourt também o tocou o pitoresco dos costumes, os frades pregadores que nas ruas e praças sermonavam acerca do céu e do inferno, a procissão de S. Jorge, as mulheres de «cape rouge bordie de velours, qui encadre presque toujours de beaux yeux noirs».

O pastor da embaixada sueca, C. J. Ruders, nalgumas das suas interessantíssimas cartas, referiu-se aos franceses emigrados que se encontravam em Portugal. Essas passagens das referidas cartas dão alguns aspectos vivos da emigração francesa em Portugal. Percorrendo-as, deixamo-los aqui compendiados.

Em 30 de Março de 1799 escrevia Ruders para os seus amigos da Suécia: «Presentemente é o regimento francês de infantaria chamado «Royal Émigrant» comandado pelo duque de Castries, que apresenta a melhor aparência.

«Contribui para isso, além da beleza dos uniformes — que são vermelhos, com pantalonas brancas, coletes da mesma cor, e chapéus redondos emplumados —, a graça e a distinção francesas. A princípio cheguei mesmo a julgar que os simples soldados, quando os vi fora, eram, pelo menos, oficiais subalternos.

«Estão ao soldo inglês, e cada homem ganha doze vinténs por dia. Entre eles há muitos protestantes de diversas nações, mas todos são obrigados a ir debaixo de forma, em dias santificados, à missa católica na igreja de Santa Marta. No entanto, aqueles que o solicitarem podem assistir, uma vez por outra, ao sermão divino protestante, inglês ou alemão.»

Em 28 de Outubro de 1800 dá pormenorizadamente notícias da vida dos franceses em Portugal e escreve: «Os franceses hestabelecidos em Portugal são sensivelmente menos depois da revolução; no entanto, ainda aqui conservam diversas casas comerciais mais ou menos importantes, e continua a haver muitos franceses artistas — relojoeiros, operários mecânicos, estalajadeiros, cabeleireiros e criados. Há, também, emigrados nobres, bastante numerosos, que aqui residem com as suas famílias.

«Alguns mantêm o seu antigo esplendor, destacando-se, entre eles, o duque de Luxemburgo, que, pelo casamento de uma filha com o duque de Cadaval, se aparentou com a casa real do país. Outros, porém, são sustentados pelo governo português. Alguns servem na armada e no exército.

«O regimento de emigrantes, que aqui estaciona ao soldo da Inglaterra, é exclusivamente comandado por oficiais franceses, na sua maior parte condecorados com a ordem de S. Luís.

«Parece que entre os emigrados há muitos de elevada categoria, que não dispõem de grandes recursos. Fazem-se, contudo, notar pelas suas finas maneiras e pela elegância francesa do trajar, que eles conservam tanto quanto as circunstâncias lhe permitem.

«Há dias, encontrei eu a outrora riquíssima dama, condessa de Puissegur, da família Pichard, montada num burro em companhia de uma outra francesa, e sem criado. Antes da revolução possuía ela 200 000 libras de renda da sua propriedade "La Fite", de onde nos vem o excelente vinho tinto conhecido por esse nome. No entanto, a alegria e o bom tom, tão animado e tão próprio do convívio de franceses, nem mesmo neste tempo de reveses parece tê-los abandonado.

«Jantei há tempos, na estalagem de um francês, frequentada, exclusivamente, por compatriotas. Entre os indivíduos que estavam à mesa havia muitos já idosos, e em cuja fisionomia me pareceu descobrir vestígios de longas preocupações, embora se apresentassem vestidos com um certo cuidado e decência. Como tínhamos de pagar por três mesquinhos pratos, sobremesa e meia garrafa de vinho de Lisboa cerca de quatro placas (325 réis, pouco mais ou menos) suecas, por cabeça, colhia-se com excelente apetite. Todos achámos que o melhor era servirmo-nos bem logo à primeira passagem de pratos; sem isso, algum mais vagaroso a comer, quando quisesse repetir, veria com desgosto as travessas e os pratos completamente vazios.

«Pois, apesar disto, a conversa à mesa era muito animada. Uma contínua sucessão de propósitos alegres, tratados com vivacidade, espirituosos trocadilhos, e, de quando em quando, uma ou outra observação séria, entretinham o bom humor de todos e distraíam o

espírito de tristes preocupações, pelo menos até ao momento em que cada um, de novo, se veria só.

«Esta feliz qualidade — que em alto grau pertence ao francês, — de poder transmitir vida e alegria às pessoas com quem se encontra, é, na verdade, um grande mérito para a vida de sociedade. Acho, contudo, impossível poder, um dia, conformar-me com esse costume de pretender, do primeiro desconhecido, indagar nome, posição, condições, projectos — quase toda a sua vida, enfim»⁵⁹.

Em 23 de Dezembro do mesmo ano, 1800, o pastor sueco informando de alguns escândalos, aditava: «Pouco menor escândalo provocou a descoberta de que alguns soldados do Regimento dos Emigrantes aquartelados em Lisboa ao lado de um convento de freiras, se introduziam, de noite, no claustro, onde entabularam com as religiosas conversações excessivamente cordiais. Segundo se conta, dez ou onze freiras encontram-se em estado de ser mães dentro do mais curto prazo. O quartel vai, agora, ser mudado, mas os franceses não se consolarão, tão cedo, da perda das suas infelizes bem-amadas»⁶⁰.

Dos emigrados que nos regimentos franceses a soldo da Inglaterra ou dos que, integrados no exército português, deixaram Memórias e nelas registadas recordações do tempo em que estacionaram no nosso país, destaco dois: refiro-me ao conde de Rochechouart e ao marquês de Toustain. As informações que num e noutro se colhem são de desigual valor, sendo mais valiosas as de Toustain. No que vem a ponto neste capítulo, Rochechouart deixou-nos três pequenos episódios com valor documental⁶¹. Ei-los:

«Formados em linha de batalha na grande praça ⁶², rodeados por um aglomerado de gente curiosa e complacente, foram-nos ali distribuídos os bilhetes de aboletamento: coube-me ficar alojado em casa de D. João d'Alteca (*sic*) que me recebeu o melhor possível e me fez prometer debaixo de palavra que não iria tomar as refeições fora de sua casa — ao que não me fiz rogado.

«Pelas seis horas da tarde, depois da parada, o meu anfitrião levou-me a casa de um dos seus amigos, casado com uma senhora encantadora e pai de duas filhas formosíssimas. Admiradas da minha pouca idade, perguntaram-me se no meu regimento havia mais oficiais tão novos como eu. Depois de uma excelente ceia, um jovem abade sentou-se ao piano e executou encantadoras modinhas, canções populares portuguesas e depois dançou-se. À meia-noite despedimo-nos desta amável família, prometendo voltar no dia seguinte para participar num grande baile dado em minha honra» ⁶³.

«...tendo chegado no sábado ⁶⁴, no domingo reunimo-nos na maior igreja da vila. Entre a assistência reparei numa rapariga de grande beleza em cujos olhos julguei adivinhar que eu não lhe desagradava e tão vaidoso me senti que o confidenciei a um dos meus camaradas, bastante mais velho que eu, o cavaleiro du Repaire, ex-guarda do corpo que havia sido ferido gravemente à porta dos aposentos da Rainha na noite de 5 para 6 de Outubro. Ele pensou então em me dar uma lição que moderasse a boa opinião que tinha de mim próprio a fim de me ensinar a ser discreto em tais casos. Assim, à saída da missa, quando eu conduzia a minha companhia, fez com que me fosse entregue por um

moço de recados um bilhete escrito em português, no qual alguém a quem eu agradara me pedia para seguir o portador da missiva que ia encarregado de me conduzir, se eu acedesse ao convite. Eu devia dizer apenas *Sim* ou *Não*. Nem por um momento duvidei que se tratava da beldade em que eu tinha feito reparo durante a missa. Sem hesitar, respondi *Sim*. Deslumbrado com esta primeira aventura, não fiz qualquer pergunta ao meu guia; ele parou diante de bela casa, subimos a escada e, precedendo-me sempre, fez-me entrar numa antecâmara ocupada por lacaios mal trajados, como é uso em Portugal. Um dos lacaios abriu-me uma porta de par em par, e, sem ser anunciado, encontrei-me num grande salão onde logo deparei com o cavaleiro du Repaire que me apresentou à condessa de Mesquitela, em cuja casa estava aboletado, senhora encantadora mas que contava setenta anos! De momento, senti-me decepcionado. Um rapaz de treze anos que julgava ir à sua primeira entrevista! Consolei-me com a minha parte numa excelente refeição. A condessa comulou-me de cortesias, não só como parente do coronel, mas também porque ela havia conhecido muito bem a minha mãe em casa da condessa de Fonza (Sousa?), mademoiselle de Canillac, nossa próxima parenta, casada com o embaixador de Portugal em França»⁶⁵.

«O nosso regimento ia todos os domingos e dias santos ouvir missa a uma igreja que servia também de capela de um convento de meninas nobres. Um dia apercebi-me que me acenavam da grade do coro; um lenço agitava-se todas as vezes que eu para lá olhava. Deixei partir todo o regimento, excepto Michel a quem

fiz sinal para permanecer. Findas as cerimónias, aproximei-me da grade e nesse instante caiu-me aos pés um bilhete redigido nestes termos: «Se vos interessar ver uma pessoa que tem uma coisa muito importante a dizer-vos, vinde esta noite aos muros do jardim do convento e dirigi-vos do lado de Lumiares (*sic*-Lumiar?) onde há uma fenda. Esperámo-vos à meia noite» É fácil de imaginar a impaciência em que esperei a noite. Noite fechada, tomei grandes precauções; espada e pistolas à cinta e a acompanhar-me um criado armado de bem afiada baioneta. Este bravo soldado não me abandonaria se chegássemos ao ponto de ter de recorrer às nossas armas.

«Encontrámos facilmente a fenda indicada. Duas religiosas esperavam-nos do outro lado e informaram-nos que eram irmãs; uma noviça e outra educanda. A primeira chamava-se D. Marta e a segunda D. Maria. Esta primeira entrevista limitou-se a uma troca de perguntas e respostas banais. Às duas horas elas fizeram-nos prometer que voltaríamos dois dois depois, às onze horas. Pontuais ao encontro prometido elas confessaram-me que desejavam que eu as raptasse. Estas duas senhoras, destinadas pela família à clausura, preferiam fugir a sacrificarem-se a uma vida para a qual não sentiam a mínima vocação. Convencidas que não havia português que ousasse socorrê-las, haviam-me escolhido como o mais jovem oficial estrangeiro que elas viam na missa. Durante cinco domingos não haviam conseguido que os seus acenos fossem apercebidos.

Fiz prometer a estas raparigas que tivessem paciência de esperar, para nos dar tempo de procurar e encontrar uma ocasião favorável à realização deste ousado

projecto. Entregaram-nos então a chave de uma portinha não utilizada, que dava para uma ravina deserta.

«Em suma, as nossas visitas tornaram-se quotidianas e as nossas conversações mais íntimas requeriam um isolamento mais completo. D. Maria e eu, íamos para um lado do jardim; D. Marta e Michel iam para outro lado. Uma noite, escondidos num pequeno pavilhão, D. Maria deitou-se-me aos pés, pedindo-me para a levar imediatamente. Facilmente se compreende o meu embaraço; já tivera tempo para avaliar as dificuldades de um rapto.

«Um leve rumor vindo do lado do convento fez que Michel e eu, tomados de pânico, desatássemos a fugir a sete pernas, perdendo eu o meu *shako* que nem sequer me ocupei a apanhá-lo. Chegámos à pequena porta, fechámo-la à chave por fora, a fim de reter a perseguição, abandonando cobardamente estas duas vítimas»⁶⁶.

O marquês de Toustain, nas suas *Memórias*, depõe, num panorama mais vasto mas pouco atraente, sobre Lisboa, a administração portuguesa e, principalmente é queixoso do tratamento dado aos oficiais franceses ao serviço de Portugal.

«No dia do aniversário natalício da rainha apresentámo-nos todos em Queluz a fim de sermos apresentados ao regente. A rainha, sofrendo desde há muito de uma doença mental, não podia receber-nos. A guarda do palácio era feita por archeiros.

«A sala onde o príncipe recebe é uma espécie de galeria muito comprida, alumiada por janelas abertas dos dois lado. Ao fundo está armado um docel debaixo do

qual se assenta o regente, tendo à direita seu filho e à esquerda deste o príncipe D. Pedro, seu sobrinho, da Casa de Espanha. À direita do príncipe, no lado da sala, fica o duque de Cadaval, seu primo, primeiro príncipe de sangue. Do lado direito da sala os ministros e os cortesãos.

«Logo que o príncipe entra na galeria, abrem-se as portas que dão para a sala onde estão reunidos os embaixadores e os ministros estrangeiros. Estes entram e apresentam os seus cumprimentos aos três príncipes e, recuando até ao fim da galeria, saem por uma outra porta, paralela àquela por onde entraram e que dá para a mesma sala. O marechal segue aos ministros estrangeiros, mas tem de pôr um joelho em terra para beijar a mão dos príncipes. Os restantes, sem obedecerem a distinções de categoria, ajoelham e beijam as mãos dos príncipes, saindo pela mesma porta por onde saíram os ministros estrangeiros.

«Depois destas cortesias, todos se dirigem aos aposentos das princesas. Para lá chegar é necessário atravessar uns pequenos corredores muito escuros e de uma sujidade de que não se pode fazer ideia.

«As princesas estão sentadas debaixo de uma espécie de docel de setim azul, guarnecido de franjas douradas; os seus camaristas estão alinhados no lado direito da sala e as açafatas do lado esquerdo. Estas últimas continuam a usar as grandes anquinhas da antiga moda, o que as torna ridículas aos olhos dos estrangeiros. As suas posições agravam esta impressão, pois se conservam de pé defronte das janelas, que são da altura da sala, e quando se passa diante delas vêem-se-lhes as pernas à transparência, o que nem sempre as favorece.

«Creio que em parte alguma se pode ver uma tão grande profusão de diamantes e de pedras preciosas. Os príncipes e as princesas, sem exagero, estão cobertos deles, assim como os personagens que os rodeiam.

«O marechal, com o seu estado-maior, foi convidado para, à noite, assistir à ópera onde a corte compareceu em traje de gala. Neste dia só eram admitidas as pessoas convidadas.

«Durante o espectáculo, notamos com o maior espanto que todas as pessoas, compreendendo os ministros que tinham de falar ou de responder aos príncipes, nunca deixavam de o fazer de joelhos, pois havíamos julgado que isto só se praticava nos beija-mão ou nas grandes cerimónias.»

E, depois de ter relatado as intrigas que andaram ligadas à nomeação de Vioménil para o generalato em chefe do exército português e consequente demissão de Goltz do mesmo posto, e ainda de denunciar o péssimo estado em que se encontrava o exército depois da campanha de 1801 e a impotência da polícia perante a criminalidade e insegurança que campeavam em Lisboa (isto, antes da organização do corpo de polícia pelo emigrado Conde de Novion), Toustain continua: «Quem havia de acreditar que em 1801, numa das capitais da Europa, nenhum indivíduo se atrevia a sair à rua sózinho e sem ser armado até aos dentes, logo que anoitecia. Depois do pôr-do-sol as ruas povoavam-se de assassinos e de ladrões e não se passava uma noite sem ocorrerem muitos assassinatos, ficando os criminosos, quando eram apanhados, apenas penalizados com alguns dias de prisão.

«Nesta época a cidade de Lisboa ainda não estava alumada e quem não tomasse a precaução de se fazer

acompanhar de alguém com archote, corria grande risco de se atascar nas porcarias acumuladas nas ruas desde a tomada da cidade aos mouros! (O marquês de Toustain nem sequer se lembrou de que, pelo menos, entretanto houve o sismo de 1755). Essas imundícies exalavam cheiros pestilentos. Outros desastres ameaçavam o desgraçado transeunte: uma permanente chuva de despejos caía toda a noite e feliz aquele que o recebia sem ser atingido pelo recipiente.

«Um exército de cães, que Dumouriez, no seu relato de uma viagem em Portugal, avalia em 80 000 cães vadios, é utilizado na limpeza das ruas, e tais bichos não eram os menos temíveis inimigos que havia a combater.

«Se nenhum de nós foi assassinado ou atacado, creio que o devemos à nossa precaução de não andar de noite senão de sabre em punho ou com as pistolas carregadas. Muitas vezes encontramos grupos de homens embuçados, escondidos nas esquinas, mas as nossas armas sempre os contiveram em respeito.

«Muitos franceses foram suas vítimas, entre outros M. du Moran, oficial de artilharia. A impunidade dos seus crimes levou a sua audácia ao ponto de atacar nas ruas, em pleno dia, muitas pessoas para as roubar. O terror que inspiravam era tal que apesar da lei que obrigava os particulares a saírem de casa armados com chuços, gritando "Aqui d'El-Rei", para socorrer as vítimas, ninguém ousava fazê-lo por temor dos assassinos que no dia seguinte se vingariam. Foram cometidos muitos assassínios, testemunhados por pessoas que das suas janelas se limitavam a lamentar a vítima, mas que por compaixão também davam asilo ao assassino se ele estava em perigo de ser preso.»

«Em 19 de Dezembro de 1801, o general Conde de Chalup, que havia sido admitido ao serviço por o Sr. de Vioménil no posto de tenente-general, chegou com o Sr. de Ollone, o ex-coronel da cavalaria de Mirabeau, Sr. d'Allonville, meu amigo e antigo camarada no regimento de Vioménil.»

«Em Lisboa, a sociedade portuguesa não dava acolhimento aos estrangeiros, pelo que só nos restava a convivência com os compatriotas. A vida da sociedade francesa em Portugal concentrava-se na casa da duquesa de Coigny, cujo marido estava encarregado dos negócios do rei, e de muitas outras senhoras francesas cujos maridos estavam ao serviço de Portugal e da Inglaterra nos regimentos franceses que estavam aquartelados nos arredores de Lisboa: o Loyal Emigrant, Castries, Mortemart e Rothallier, artilharia. É impossível encontrar mais belas tropas, mais bem fardadas e melhor disciplinadas. O general inglês Frazer era o comandante.»

«Encontrei em Portugal muitos dos meus antigos conhecimentos; entre outros o marquês da Bailly, antigo coronel dos hussards de Salm, que havia sido admitido ao nosso serviço como brigadeiro e ajudante general do marechal de Goltz; o conde d'Arthaise, antigo oficial do regimento de Vioménil, colocado como capitão de cavalaria na legião.

«O marquês de Rozières era tenente-general e quartel-mestre-general.

«M. de La Serre pediu a sua demissão e voltou para Inglaterra. O marechal quis que seu sobrinho, visconde de Vioménil, fosse o substituto de M. de La Serre.

«Estivemos sempre instalados numa hospedaria, não tendo podido procurar casa, e aí éramos espremidos por

mão de mestre. Como só existem duas hospedarias decentes em toda a Lisboa, vemo-nos obrigados a suportar tudo o que exige o hospedeiro e estes senhores não cuidam da situação económica em que se encontra o forasteiro. À carestia da vida neste país, para que não há igual em nenhum outro país da Europa, junta-se a rapacidade do hospedeiro que em pouco tempo arruina um sujeito.

«Ponderando a minha situação, o marechal obteve do governo que me fosse dada uma gratificação de 80 libras que nos permitisse fazer face às despesas que pesavam sobre mim, mas tive de esperar muito tempo pelo seu pagamento, porque em Portugal medeia sempre muito tempo entre a promessa e o seu cumprimento. Os portugueses, grandes amadores de música, não se poupam a despesas para gozar um tal espectáculo, e a sua Ópera é a mais bela da Europa. Contrataram os dois mais célebres artistas da Itália, o soprano Crescentini e Mlle. Catalani. Esta última, principalmente, ultrapassa todas as que cantaram até aqui. Todo aquele que não ouviu a sua voz divina não poderá fazer ideia da perfeição. Catalani, a primeira vez que a vi foi em "Cleópatra". Foi tal a minha admiração que não faltei a nenhuma das representações durante os cinco anos que ela esteve em Portugal. Os seus benefícios rendiam mais de quarenta mil francos. Numa delas, uma senhora da corte ofereceu-lhe um broche de diamantes do valor de cinco mil cruzados.

«Os bailados eram muito belos, nesta época, participando muitas bailarinas francesas. Mlle. Murray, bailarina inglesa, fazia as nossas delícias.

«Quando chegamos a Portugal, havia pouco tempo que era permitida a aparição de mulheres no teatro;

antes delas os castrados substituíam-nas nos papéis de soprano. O efeito produzido pelas primeiras mulheres que se apresentaram em cena estava ainda no auge. É impossível fazer uma ideia do entusiasmo que elas inspiravam no geral dos espectadores, principalmente as dançarinas, e até nos frades que enchiam a plateia. Quando Mlles. Hutin ou Murray se exibiam não eram aplausos que se ouviam, mas uivos de animais ferozes. De todos os lados não se ouvia senão estas palavras, umas vezes proferidas com furor, outras numa espécie de alucinação espasmódica: *Que gambetta! Que gambetta!* Nada mais indecente, mas também nada mais cómico, na opinião dos estrangeiros»⁶⁷.

No seu conjunto, estas passagens das *Memórias* do marquês de Toustain revelam claramente não só como a sociedade dos emigrados vivia estanque da sociedade portuguesa, mas também da altura com que eles se dignavam ver Portugal. Alguns emigrados reataram com famílias e personagens portuguesas relações que haviam encetado em Inglaterra.

Nos seus *Apontamentos biográficos*, o primeiro duque de Palmela, anotou, ao referir-se a este período: «Além de muitas pessoas portuguesas da nossa amizade vieram estar connosco em Calhariz alguns estrangeiros que mais tarde figuraram na cena do mundo. Um deles era o conde de Bourmont, já conhecido como um dos chefes, no fim da guerra da Vendéia, e tanto mais conhecido não só em França mas em Portugal nos últimos anos da sua vida.

«Outro hóspede nosso e muito amável era Mr. Rayneval, nesse tempo encarregado dos negócios da França em Lisboa. Além destes vinham visitar-me a Calhariz alguns antigos emigrados franceses»⁶⁸.

Destas relações entre emigrados e casas nobres de Portugal, aliás restritas a poucas destas casas, resultaram algumas alianças matrimoniais, tais como a do duque de Cadaval com a irmã do duque de Luxemburgo, de uma filha do conde Luís de Narbonne com Braamcamp Sobral e de uma portuguesa da burguesia com Negrier.

A duquesa de Abrantes refere-se a estas ligações entre emigrados e famílias da nobreza de Portugal e conta que Napoleão lhe fizera esta recomendação antes da sua partida para Lisboa: «Vous trouverez à Lisbonne plusieurs femmes émigrées de la cour de Louis XVI, vous en trouverez aussi à Madrid, faites une attention scrupuleuse à vos démarches vis-à-vis d'elles»⁶⁹.

Alguns dos emigrados de elevada categoria, como o duque de Coigny, como o conde de Vioménil, etc., etc., eram vizinhos na mesma rua, em Lisboa — a Rua da Quintinha, então uma das mais novas artérias da cidade. O ponto de reunião dos emigrados distintos era o salão da duquesa de Coigny. Fora deste agrupamento e de mais dois ou três de famílias emigradas, que conviviam entre elas, os emigrados viviam isolados e mal olhados pelos portugueses. «Ces portugais — escrevia Lannes ao seu governo — voyent avec peine une foule d'étrangers sans aveu et sans patrie occuper des emplois importants et en frustrer les naturels du pays; ils savent que Mr. de Sousa et d'Almeida sont les protecteurs de ces intrus; et les bruits qui annoncent que ces deux hommes quitteront le ministère prenent tous les jours plus de consistance.»

Por seu lado, o duque de Coigny resumia assim a situação dos regimentos de emigrados em Portugal: «L'esprit du Portugal est affreux contre les étrangers; à l'arrivée du convoi du Brésil, M. le duc a parlé d'argent

aux ministres; des compliments, rien de plus. La sottise et l'impudence du gouverneur du Brésil lui a fait envoyer seulement des diamants et point de numéraire. Pour une guerre rien de prêt; une armée en ruines; l'esprit de Lisbonne fort mauvais; le ministre de la marine, M. de Sousa, est un vrai fou, le général en chef de l'armée portugaise, le duc de la Foans (Lafões), radote depuis vingt cinq ans»⁷⁰.

Como se evidencia, o reconhecimento e a simpatia dos emigrados, mesmo nos mais protegidos, não era por aí além. O povo detestava-os, a tropa portuguesa via-os com maus olhos e nas ruas, por vezes, eram insultados⁷¹.

A princípio, os emigrados categorizados tentaram criar à sua volta um ambiente de convivência, mas não tiveram êxito. O duque de Castries, em 25 de Agosto de 1797, ofereceu um baile em Sintra que deixou boas recordações, mas nunca foi retribuído por nenhum dos convidados⁷².

Mas neste ambiente não só as relações entre emigrados e portugueses eram hostis; nas regiões superiores do comando das tropas, a intriga e as rivalidades azedavam os ânimos. Em 18 de Dezembro de 1801, o marechal conde de Goltz apresentava este estendal de queixas ao conde da Ega:

«Son Excellence Monsieur le Comte d'Ega
à Son Hôtel

«Mon cher Comte

«J'ai eu la nuit un peu de goutte au pied blessé, et ne peut venir aujourd'hui à Queluz, comme je m'étais proposé.

«Ah! mon cher Comte, qu'il y a d'intrigues contre moi, pour me faire du tort. Le Ministre de Guerre, le Vieux Comte d'Aveiros (Aveiras), l'Etat major Rossière (*sic*), et toute la clique émigrée m'est contraire, et dont hardi pour faire des affaires de Service dont je ne dois rien. Toute cela abouti à se soustraire au commandement que Son Altesse Royale m'a confié gracieusement. Ils veulent me causer du chagrin pour que je m'en aille promptement. Je leur suit a charge et ma honneteté leurs deplait.

«Don Rodrigo et Bailly se trouve a la tête de cette belle Cabale. Don Juan s'est joint.

«Je suis fâché, qu'avec tout mon attachement je ne lui peux être utile. Il me faut abandoner le champ à la Cohorte Française, avec laquelle ne puis rien avoir de commun, même par principe.

«A 18 de Dec. 1801.

Goltz»

Embora reservadas e circunscritas a um meio muito fechado, não deixaram estas intrigas de transparecer e ecoar nos meios burgueses e militares, agravando as animosidades contra os emigrados. Acrescia que os regimentos de emigrados pagos pela Inglaterra, alistando também ingleses e suíços, protestantes e maçons, constituíam elementos perturbadores no meio social português. Pina Manique, em duas das suas *contas* para as Secretarias de Estado advertia: «...e neste reino, há um pouco de tempo a esta parte aparecem alguns papéis infames pelas esquinas, e cartas anónimas, que tenho recebido não devo tomar isto como bagatela [...] nada de devassa, Ex.^{mo} Snr., por ora, senão uns procedimentos contra aqueles que constam nesta

Intendência, e que estão inficionados de Doutrinas erróneas e perigosas; como pratiquei nos anos de 1789 e 1794, principiando pelo infame Cagliostro, Francisco Giles Fontaine, Noel e outros muitos que fiz sair deste reino, e os efeitos se têm experimentado em se conservar Portugal ileso; o que não sucedeu em Nápoles, Roma, Londres, Génova, Suécia, Viena e agora acontece em Irlanda e Veneza»⁷³.

Mais tarde insistia: «Desde o ano de 1788 tenho combatido o estabelecimento de Pedreiros livres neste reino, por mais de uma vez e quase sempre por derivações de França; Francisco Giles, célebre desta ordem, a pretendeu aqui instaurar, o que não conseguiu por serem evadidos os seus fins pela Polícia de Lisboa. Dorigm, que aqui a fundou na ilha da Madeira, com especial pretexto de protecção a órfãos e viúvas, viu igualmente destruído o seu plano por cuidado da Polícia. O infame e indigno Cagliostro, conhecido pelas suas atrocidades em todo o Norte da Europa, foi expulso de Lisboa, onde se tinha introduzido com disfarçado título de conde de Stephens, pelo receio que transplantasse nesta capital às suas máximas infames»⁷⁴.

Testemunha insuspeitamente os alarmes de Manique e ao mesmo tempo a ineficácia das suas medidas, apesar da vaidade que o Intendente geral tinha nelas, esta confissão de José Liberato Freire de Carvalho nas *Memórias* da sua vida: «Tratava-se nesse tempo de organizar em Lisboa a *maçonaria*, ou a Sociedade dos Pedreiros-Livres. Para ela era eu convidado por pessoas mui respeitáveis, e de quem fazia o melhor conceito: todavia, duvidava, e ao mesmo tempo tinha grande curiosidade de saber o que aquilo era. Procurei informar-me, e soube que na tropa francesa, composta

de emigrados que os ingleses tinham a seu soldo, e estavam em Lisboa, e depois foram para o Egipto, havia muitos *maçons*, não só entre os oficiais, ainda da maior graduação, mas entre os eclesiásticos que os acompanhavam. Ora estes emigrados fugiam de França porque eram os defensores do *trono e do altar*, dos quais se dizia que os Pedreiros-livres eram inimigos declarados»⁷⁵.

Constatando a ineficácia das suas medidas repressivas, uma vez que não podia investir com os regimentos de emigrados aqui colocados pela Inglaterra, Pina Manique dava bordoada de cego. Na *Histoire de Jean VI, Roi de Portugal* — Paris, 1827, p. 24, lê-se: «A ignorância fez com que muita vez Manique cometesse os mais extravagantes desacertos. Por mais de uma vez mandou prender e expulsar do reino indivíduos não apenas inocentes, mas cujas opiniões políticas eram precisamente o contrário do que Manique suspeitava. Muitos franceses foram vítimas e mais de um dos emigrados fidelíssimos aos Bourbons foi tratado como jacobino»⁷⁶.

Foi certamente o que aconteceu ao emigrado Joseph-Barthélemy François Carrère, que, depois de se ter refugiado em Portugal, passou parte do seu tempo escondido num sótão. Em 1797 publicou um livro, ao mesmo tempo pitoresco, caricatural e caluniador sobre Portugal e os portugueses intitulado *Tableau de Lisbonne en 1796; suivis de Lettres Écrites de Portugal sur l'Etat Ancien et Actual de ce Royaume* — Paris, 1797 (An VI).

Este Carrère era médico e durante toda a sua vida escreveu com variedade e abundância. Veio de Espanha para Portugal, ao que suponho indocumentado, e daqui regressou a Espanha, acabando o seu fadário em

Barcelona, cidade onde faleceu em 1802. Sobre o país e sobre a nação portuguesa verteu no *Tableau de Lisbonne* todo o azedume que aqui acumulou, vítima, segundo ele, do «governo despótico de Portugal». Pina Manique ficou a dever-lhe o seu mais feio retrato; e porque propositada e rancorosamente deformado, pouco fiel⁷⁷.

No capítulo do *Tableau* intitulado *Despotismo Ministerial*⁷⁸ Carrère refere-se à emigração francesa em Portugal nos seguintes termos: «Mas este governo não é apenas despótico, mas, ainda por cima, inconsequente no seu despotismo.

«Quiseram os ministros notabilizarem-se como os governantes que com maior suspicácia opunham barreiras às doutrinas da revolução francesa e frequentemente, com esse intuito, prendiam e expulsavam muitos indivíduos. A suspeita de uma intenção nem sequer esboçada, uma palavra dita irreflectidamente, uma opinião objectiva, um gesto impulsivo, tudo isto é interpretado arbitrariamente e consoante as suas suspeitas. Estes motivos meramente hipotéticos e os consequentes vexames são muitas vezes mais motivados pelos interesses ou vinganças dos ministros do que pelo excessivo zelo.

«Porém, ao mesmo tempo que aparentavam dar caça aos partidários da revolução, recusava-se a entrada a emigrados franceses e recebiam-se de braços abertos alguns revolucionários. Um Lèglise, que fazia parte da guarnição de uma embarcação francesa destinada a propagandear a revolução francesa, foi, em 1792, feito prisioneiro e conduzido a Lisboa, esteve encarcerado apenas três meses; presentemente é tolerado nesta cidade onde goza em paz de uma completa liberdade. Tem sido cumulado de benemerências pelo governo; em

1794 recebeu um presente de trinta moedas de ouro, ou sejam 900 libras francesas, e em 1795 foi-lhe concedida uma pensão de 40 moedas de ouro equivalentes a 1200 libras. Resolveram os ministros considerá-lo e tratá-lo como emigrado, não ignorando que ele estava ao serviço da república francesa e que ostentava o tope tricolor quando foi feito prisioneiro.

«Um Ehrast, antigo médico da grande cavalaria do rei em Paris, chegado a Lisboa no mês de Dezembro de 1795, havia participado na revolução, pertencia a todos os clubes e desempenhara cargos para que fora designado pelo seu distrito e pela sua secção; havia feito guarda à porta da prisão do rei, no Templo, havia sido carcereiro deste príncipe, fizera parte da guarda do cadafalso, incorporado, de espingarda ao ombro, na guarda nacional. Pois apesar de tudo isto é tolerado em Lisboa, sendo até tratado com distinção pelos ministros... Mas ele faz parte da comitiva de M. Beckfort, inglês que vem fixar residência em Portugal e que deverá esposar a bastarda do marquês de Marialva, um dos senhores da corte que goza de maior reputação.

«Um Broussonet, doutor em medicina, secretário da Sociedade de Agricultura de Paris, foi membro da assembleia legislativa onde se destacou entre os inimigos da realeza; foi o primeiro acusador dos realistas da Vendaia.

«Chegado a Lisboa em 1794, trajando à jacobina, após a morte de Robespierre veio para Portugal onde foi recebido e tratado com desvelo, tendo sido apresentado em todos os sítios e aí festejado e afagado. Mas Broussonet estava protegido pelo duque de Lafões, bastardo do rei D. João V»⁷⁹.

Estas revelações do *Tableau*, cheias de erros de facto que nalguns pontos foram rectificadas pelo editor (ou em seu nome), denunciam os ressentimentos e rivalidades que existiram entre os emigrados e as suas incompatibilidades com os portugueses.

VI/ RELAÇÃO DE ALGUNS
DOS EMIGRADOS FRANCESES
A QUE SE FAZ REFERÊNCIA NO TEXTO
E SUAS SITUAÇÕES EM PORTUGAL

Emigrados colocados no exército português:

- J. M. Amandie Alemant — Capitão-tenente do Corpo da
Marinha
François de Alincourt — Coronel do Corpo Real de
Engenheiros
Luis Joseph de Alincourt — Ajudante do Regimento de
Artilharia da Marinha (1795)
Capitão da Companhia de Artífices do Arsenal Real
do Exército (1805)
Visconde de Allonville — Sargento-mor de Cavalaria da
Corte
Conde de Arlèse — Capitão do Regimento de Alcântara
Conde de Artaise — Ajudante de campo do marquês de
Alorna

Reinaldo Audinot — Coronel do Corpo Real de Engenheiros
Joseph Aussidiemer — Sargento-mór
F. J. Aubry de Aveney — Sargento-mór de Artilharia da Marinha
Marquês de Bailly Du Fresnay — Brigadeiro, Ajudante do conde de Goltz
Alexandre Joseph Barbier (Chevalier de la Jasse) — Coronel de Infantaria
Conde de Beaurepaire — Capitão-tenente da Brigada Real da Marinha
Belathier-Lintage — Tenente-coronel de Infantaria
Chevalier de Bellenville — Capitão-tenente
Conde de Blossville — Capitão-tenente da Índia
Conde de Bourdonnay de Montluc — Capitão-de-mar-e-guerra
Visconde de Bourdonnay — Tenente-coronel de Infantaria
Tenente governador do castelo de Viana
Sebastião Dubois — Secretário-geral do Estado-Maior
Bernard Brandlé — Coronel de Infantaria
François Brunet — Brigadeiro de Infantaria
Tenente-rei do Castelo de S. Filipe, Setúbal
Antoine Pierre Buys — Cadete artífice de fogo do Regimento de Artilharia do Algarve
Barão de Carovey — Marechal de Campo efectivo
Inspector-geral de Cavalaria
Miguel João Mac-Mahon Cary — Sargento-mór de Cavalaria
Pedro Cauquigny — Tenente-coronel do Regimento de Faro
Conde de Châlons, filho — Capitão de Cavalaria em serviço no Estado-Maior

Visconde de Chalup — Sargento-mór agregado, com soldo efectivo, ao Regimento de Artilharia de Estremoz

Conde de Chambors — Brigadeiro de Infantaria e Ajudante do Quartel-Mestre General

José Joaquim Champalimaud — 1.º tenente do Regimento de Artilharia da Marinha

Joaquim António Chardon — Porta-bandeira do Regimento de Infantaria da Praça de Setúbal
Tenente de granadeiros

António Jacinto de Chestenet — Capitão-de-mar-e-guerra

Baltazar Chermont — Capitão-tenente

Gustavo Adolfo Hercules Chermont — Marechal de Campo efectivo
Governador da Praça de Almeida

João Gabriel Chermont — Coronel do Corpo Real de Engenheiros — Setúbal

Júlio César Augusto de Chermont — Marechal de Campo efectivo
Governador da Praça de Almeida e depois da Praça de Olivença

Manuel Bernardo Chermont — Capitão de Artilharia
Ajudante de ordens do governador da Praça de Almeida

Maximiliano Augusto Chermont — Sargento-mór, agregado no Regimento da Corte

Teodósio Constantino de Chermont — Coronel do Regimento de Infantaria Macapé — Brasil (1792)

Luís Carlos de Clavière — Tenente-coronel

Coriol (usava também o nome de conde de Saint-Georges) — General de Divisão, auxiliar do general Henrique de Forestier

Conde de Crespal — Serviu no Regimento de Castries
Conde de Chermont — João FranciscoLuís de
Crèvecoeur — Capitão agregado ao Regimento de
Faro
Jean Gabriel Dechermont — Coronel de Infantaria
Luís Maximiano Reinaldo Descondrées — Sargento-mór
de Infantaria
Chevalier Alexandre Desmazis — Capitão agregado ao
Regimento de Artilharia da Costa
João Luis de Séguier Desohom — Capitão de fragata
Chevalier Drucourt — Capitão de fragata (1795);
Capitão de mar e-guerra (1805)
Luis Pedro Parent Dumoison — Sargento-mór agregado
ao Regimento de Artilharia da Costa
Francisco d'Elboux — Capitão de Infantaria da Legião
de Voluntários Reais
Marquês de Escragnole — Quartel-Mestre da Guarda
Real da Polícia (1803)
Chevalier Augusto Fay — Tenente-coronel de Infantaria
Henrique de Forestier — General
Francisco Estêvão Raimundo Caillé de Geisne —
Tenente-coronel de Cavalaria
Legião das Tropas Ligeiras
Conde de Gervasone — 1.º tenente de Companhia de
Artífices do Arsenal Real do Exército
Bartolomeu Genard — 1.º tenente
Ernesto Elias Jacques Godfroi — 1.º tenente do Mar
Alexis du Hanty — ?
Barão de Guedar De Houvin — Alferes da 6.ª
Companhia do Regimento de Infantaria da Praça de
Valença
João Reinaldo Bahon de Kérouale — Sargento-mór do
Exército de Entre Douro e Minho

João Taupières de La Croix — Sargento-mór da Praça de Almeida
Hugo Fournier Leclair — Capitão do Corpo de Marinheiros
Francisco José Bret de Lepigny — Capitão agregado ao Regimento de Estremoz
Príncipe de Luxemburgo — Carlos Manuel Sigismundo de Montmorency
Capitão de Granadeiros
Estado-Maior
Alexandre Cláudio Ouvrard de Martigny — Sargento-mór de Infantaria, agregado ao Regimento de Bragança
Barão de Merle — Coronel de Cavalaria
Maria Carlos Teodoro Demoiseau de Montfort — Capitão agregado ao Regimento de Artilharia de Estremoz
Du Moran — Oficial de Artilharia
Jacques de Montpezat — Tenente-coronel de Cavalaria
Regimento da Corte
Marquês de Montpezat — Major de Artilharia da Marinha
René de La Tour du Pin Montauban — Capitão agregado ao Regimento de Cavalaria de Macklemburgo
Pedro Montaut — Voluntário na esquadra do marquês de Niza (1798)
Mollien — ?
Carlos António Nacion — Agregado ao Regimento da Corte, em exercício no Arsenal Real do Exército, na Fundação de Cima
Négrier — Tenente-coronel

Henrique de Niemeyer — Sargento-mór do Corpo Real de Engenheiros
José Champalimaud de Nussane — Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros
Membro da Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica (1798)
Conde de Novion (João Victor) — Tenente-coronel de Infantaria (1798)
Comandante da Guarda Real da Polícia (1803)
Conde de Ollone — Coronel de Cavalaria
Conde de Omahony — Marechal de Campo
Reinaldo Oudinot — Brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros
Cristóvão Parrot — Sargento-mór
Francisco Paulo Gallien de Préval — Sargento-mór do Real Corpo de Engenheiros
Conde Maximo de Puissegur — Coronel de Infantaria, agregado à primeira plana da Corte
Quef de Ville — Inspector-geral de Artilharia
Visconde de Roquefeuille — Capitão-de-mar-e-guerra
João Baptista Roffe — 1.º tenente do Mar
Barão de Rosemberg — Tenente-coronel de Infantaria
Marquês de la Rozière (Luís Francisco) — Quartel-Mestre-General
Conde de La Rozière (João) — Coronel de Cavalaria
Visconde de La Rozière (Aquiles) — Capitão de Cavalaria
Afonso de Rozière — Capitão de Cavalaria
Luís d'Huilier Rosièrs — Sargento-mór graduado do Regimento da Corte
Pedro Rozieres — 2.º tenente de Artilharia
Conde de Rochechouart — Alferes, servindo no Regimento de Mortemart

Chevalier du Repaire — Servindo no mesmo Regimento do anterior
Barão de Saint-Mézard — 2.º comandante da Legião de Alorna
La Serre — Servindo no Estado Maior de Vioménil
Jacques Montpezat de Sestelle — Capitão agregado ao Regimento de Artilharia da Marinha
Guilherme Francisco Tardivet — Tenente-coronel de Cavalaria
João Filipe Tardy — Sargento-mór agregado ao Regimento de Artilharia da Corte
Filipe Paulo de Teissière — Chevalier de Miremont
Tenente-coronel de Infantaria
Marquês de Toustain — Tenente-coronel de Cavalaria
Chevalier de Ulbraye — Capitão-de-mar-e-guerra
Barão de Vioménil — Coronel de Cavalaria
Conde de Vioménil — Marechal-general do Exército (para substituir o conde de Goltz)
Visconde de Vioménil — Coronel de Cavalaria

Emigrados com funções políticas

Calonne
Conde de Châlons
Duque de Coigny
Laclos
João José de Origny
Marquês de Saint-Simon

Senhoras emigradas

Condessa de Châlons, depois duquesa de Coigny
Marquesa Lage de Volude

Condessa de Puissegur
Mme. de Roquefeuille

Artistas

Luis André Dupuy — Desenhador e gravador
Estabeleceu escola de desenho e gravura em Lisboa, na
Rua de S. Francisco, n.º 5

Noel — Durante o período revolucionário em França,
emigraram para Portugal três indivíduos de apelido
Noel. O primeiro, entre os anos de 1789 e 1792, foi
expulso por Pina Manique como consta das Contas
para as Secretarias (A. N. T. T.) Liv. V, p. 133. Os
outros dois, Raczynski fundiu-os num só — um, o
pintor, autor dos desenhos gravados por J. Wells e o
outro, António Apuvril du Ponteau Noel, cónego de
Santa Genoveva, em Paris, autor de um projecto de
ponte de pedra sobre o Douro

Nicolas Louis Albert Delerive — Nasceu em Lille em
1755. Foi discípulo de Heinsius, retratista alemão.
Em 1790 emigrou para Espanha e em 1792 veio para
Portugal, donde cinco anos depois voltou para
Espanha. Pouco tempo ali permaneceu, voltando
para Portugal onde havia deixado a família e, então,
fixou-se em Lisboa definitivamente. Negociava
também em quadros. Faleceu em Lisboa em Junho
de 1818.

Vários

Conde de Avaray — Veio para Portugal para tratar da
sua saúde, muito abalada. Faleceu na ilha da Madeira,
em 1811

Filipe José Bellardant — Clérigo que se dedicou ao ensino. Foi professor de Inácio Pinto Pizarro

Filipe Bernardini — Foi copeiro de Luís XVI. Emigrou para Portugal onde foi copeiro do duque de Cadaval. Durante a 1.^a invasão francesa foi caixeiro e depois administrador do *Grego*. Em 1810 foi preso por suspeito. Em 1814 já se encontrava em liberdade

François Philibert Biben — Soldado, operário, comerciante. Fixou-se em Portugal onde criou família nacionalizada portuguesa

Pierre Marie Auguste Broussonet — Reputado homem de ciência, que, protegido pelo duque de Lafões, viveu refugiado na Academia Real das Ciências, onde era procurado pelos homens mais ilustrados e cultos de Portugal

Caracterie — Médico do marquês de Alorna

Joseph Barthélemy François Carrère — Suponho que entrou em Portugal indocumentado. Certamente era maçom. Teve de viver oculto num sótão. Escreveu e publicou em 1797 um livro pitoresco e malevolente sobre Portugal, o seu governo e a sua administração, intitulado *Tableau de Lisbonne en 1796*

Pedro d'Albinet — Correspondente do bispo de Beja, Cenáculo

Defossat — Sujeito que, sem eira nem beira, pediu ao bispo de Beja, Cenáculo, para lhe obter albergue em qualquer convento

João Tibúrcio Delon — Cónego regrante, correspondente de Cenáculo

António Máximo Dulac — Emigrado, naturalizou-se português e foi empregado na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Autor do livro *Vozes dos Leais Portugueses*

Dr. Projectus Josephus Ehrhast — Participou no movimento revolucionário em França. Veio a Portugal na comitiva de Beckford, de quem era médico privativo

Fabre — Guarda-roupa

Francisco Giles Fontaine — Pedreiro-livre, expulso por Manique

Jorge Dohrman de Garon — Emigrou para Portugal mas, pelo menos por duas vezes saiu daqui para França, uma em 1796, outra em 1801

Jean François Goyau — Correspondente do bispo de Beja, Cenáculo

Michel Lebardier — Estabeleceu em Portugal um colégio para meninos

Abade Piquet — Exerceu funções na Secretaria do Estado-Maior que se estabeleceu em Lisboa

Simon — Cozinheiro ao serviço de Beckford durante a sua estadia em Lisboa.

NOTAS E REFERÊNCIAS

¹ Dirigindo-se à duquesa de Polignac, a quem a rainha pedira para fugir de França, Luís XVI disse-lhe: «Mon cruel destin me force à éloigner de moi ceux que j'estime le plus et j'aime; je viens d'ordonner au comte d'Artois de partir, je vous donne le même ordre.» *Memoires du Comte de Paroy* — Paris, Lib. Plon. — 1895, p. 42.

«Le roi ordonna itérativement (après le 12 juillet 1789) à M. le comte d'Artois de partir. Il était inquiet des jours de son frère» — *Mémoires du Comte Alexandre de Tilly* — T. II (ed. Henri Jonquières, Editeurs a Paris — col. Jadis & Naguère) p. 332.

² «M. le comte d'Artois qui s'était dévoué à la haine publique en se déclarant le défenseur des prérogatives de la noblesse, offrit à sa magesté d'aller, à sa place, affronter une ville furieuse; et sur son refus, ce prince partit pour l'Allemagne». *Rivarol — Journal politique national et autres textes* — Union Générale d'Éditions, p. 56.

³ «Ce départ fut si précipité qu'à peine put-on réaliser trois cents louis pour M. le comte d'Artois; encore fallut-il boursiller». Comte de Paroy — *ob cit.*, p. 41.

⁴ «Les premiers qui ont émigré, le 15 juillet 1789, avec le prince de Condé, avaient reçu la veille à domicile une liste de proscriptions, où ils étaient inscrits et on l'on promettait récompense à qui apporterait leurs têtes au Caveau du Palais Royal. — Taine, *Origines de la France Contemporaine* — 2.^a ed., 3.^o vol., p. 249.

⁵ Ernest Daudet — *Histoire de l'Émigration pendant la Révolution Française* — Hachette, 4.^e éd., 1912, p. 5.

⁶ «...comment M. le comte d'Artois sera-t-il jamais bien sûr des véritables intentions de l'Empereur e du roi de Prusse? Il est plus que probable que ces puissances n'accorderont aux princes émigrés (si elles accorderont quelque chose) n'accorderont, dis-je, qu'un secours au dessous d'une si vaste entreprise; elles donneront de quoi la retourner. D'ailleurs, quand même les puissances étrangères seraient magnifiques dans leurs dons et fidèles dans leurs intentions et dans leur conduite, quand même les princes français, après avoir renversé tout obstacle, entreraient triomphants dans Paris, il me semble que leurs embarras commenceraient le lendemain de leurs succès». *Rivarol*, *ob. cit.*, p. 282.

⁷ «Tout est de mode en France, celle de l'émigration commença alors. On se mit à lever de l'argent sur les terres pour en porter une grosse somme. Ceux, en grand nombre, qui avaient des créanciers, envisagèrent ce moyen de leur échapper. Les plus jeunes y voyaient un motif de voyage tout trouvé; ou bien un prétexte d'aller rejoindre leurs amis et leurs société. Personne ne se doutait encore des conséquences que

cette resolution pouvait avoir.» — *Journal d'une Femme de Cinquante Ans* — 11^e éd.; 1.^o vol. p. 159.

Também o conde D'Haussonville, no seu livro *Souvenirs et Mélanges*, nos transmite esta recordação de família: «L'émigration était alors fort à la mode. Aux yeux d'un certain monde, rester en France avec la famille royale afin de partager ses dangers et de la défendre, passait pour une faiblesse, presque pour une trahison. Les rares dont mon père ont eu le temps de prendre congé, les femmes surtout, sans excepter ses soeurs et sa mère, le félicitèrent de son départ comme d'un joyaux événement.»

⁸ *Ob. citada no texto*, pp. 74-75. «A côté des eventuelles instructions des princes, tout une propagande se faisait dans les châteaux et dans les maisons burgeoises. [...] On déclara donc aux nobles qu'il fallait émigrer et se rassembler sur les frontières, qu'ils y trouvaient de nombreuses armées d'Autrichiens, de Prussiens, de Russes, d'Espagnols à la tête desquelles ils reviendrait triomphants dans leur patrie. Des nobles quittèrent en foule leurs châteaux, abandonnant leurs femmes, leurs enfants, leurs propriétés a la merci de leurs ennemis, n'emportant pas même leur argent, leurs bijoux, leurs armes, la plupart avec un seul habit et quelques chemises, croyant que cet exil volontaire n'était qu'un voyage de plaisir de cinq ou six semaines. [...] Les femmes, encore plus humiliées de leurs pertes, plus jalouses de leurs droits furent les plus ardentes à hâter l'émigration; elles tourmentaient par des sarcasmes et par un ton affecté de mépris ceux que refusaient de partir ou ceux que balançaient un moment... On envoyait des quenouilles aux traîneurs; on les menaçait de tout le courroux de la noblesse victorieuse; ceux qui

s'obstinèrent à rester seraient dégradés, relegués parmi la bourgeoisie tandis que les nobles émigrés posséderaient les places, les honneurs, les dignités. On insinuant aux bourgeois que c'était un moyen assuré d'acquiescer la noblesse».

⁹ *La Révolution Française* — ed. Armand Colin, 2.^o vol. pp. 80-81 — «Valmy n'était pas une victoire stratégique, puisque l'armée prussienne restait intacte et se trouvait toujours entre Paris et l'armée française. Mais c'était une victoire morale. Les Sens-Culottes si méprisés avaient tenu au feu. Les Prussiens et les Autrichiens perdirent l'illusion qu'ils pourraient les vaincre sans peine en rase campagne. Ces hommes de tradition avaient cru naïvement qu'en dehors de l'ordre monarchique, il n'y avait place que pour l'anarchie et l'impuissance. La Révolution se révéla à eux pour la première fois sous sa face organique et constructive. Ils en éprouvèrent un ébranlement profond, que Goethe qui était présent au bivouac prussien, auroit traduit dit-on, pour le mot fameux: «De ce lieu et de ce jour, date une ère nouvelle dans l'histoire du monde.»

¹⁰ Ver Duque de Castries, *La vie quotidienne des Émigrés*, pp. 120-121.

¹¹ Referimo-nos apenas à emigração motivada pela Revolução porque já no século XVII e principalmente durante o século XVIII até à Revolução já existia uma corrente emigratória de trabalhadores franceses de diversas profissões. Vinham atraídos por melhores mercados de emprego. Depois da Revolução, pelo censo de 1793, havia em Espanha, (limitando-nos à Andaluzia e apenas como exemplo), em Osuna 78 estrangeiros, dos quais 49 eram franceses. Destes 49 só uns 13, aproximadamente, vieram depois de 1789. —

Ver *Archivo Hispalense — Revista Historica, Literária y Artística*, tomo LXII, n.º 189. pp. 107 a 111.

¹² *Ob. cit.* p. 16.

¹³ Sousa Viterbo, no seu trabalho *A Jardinagem em Portugal*, p. 25, apoiando-se em Raczynski, confundiu este sacerdote com o pintor.

¹⁴ *História Política e Militar de Portugal etc.*, 2.º tomo, p. 377. Acerca da passagem de Origny pela ilha da Madeira é curioso que nas denúncias e informações que acompanharam a carta do Comissário do Santo Ofício, João Leandro Afonso, datada do Funchal em 6 de Junho de 1792, nunca aparece citado, nem indirectamente referido nenhum indivíduo com o nome de Origny. — V. *Arquivo Histórico da Madeira*, «Os Pedreiros-Livres na Inquisição», 1949, pp. 11 a 44.

¹⁵ «Em casa do Excelentíssimo Duque de Coigny (*sic*) na Quintinha se vendem dois machos que andam de sege e de tronco» — *Gazeta de Lisboa — 2.º Suplemento ao n.º XXXII*, 13 de Agosto de 1796.

«Em casa do Excelentíssimo Duque de Coigny, à Quintinha se vendem as seguintes carruagens, uma de quatro rodas dourada, forrada de veludo para duas pessoas, e pode levar três, tendo um assento levadiço adiante. Outra de quatro rodas à *Ingleza* muito leve. Uma sege em bom uso, e uma carruagem de quatro rodas, que pode levar seis pessoas, própria para viajar» — *Gazeta de Lisboa*, 2.º suplemento ao n.º XL — 8 de Outubro de 1796.

¹⁶ *Mémoires du marquis de Toustain —1790-1793*. Paris, Libr. Plon., 1933, 6me éd. pp. 247-248: «Le duc de Coigny était considéré comme un ambassadeur de Louis XVIII, depuis la paix et la venue de Lannes; il ne se montrait plus à la cour; mais l'envoyé français en pris

ombrage et le mit dans les premiers sur la liste des personnes dont il exigea l'éloignement. Malgré l'amitié du prince pour le duc, et de la peine qu'il fut forcé d'y consentir et lui fit signifier d'avoir à quitter le Portugal à bref délai. Comme on ne lui laissa même pas le temps d'attendre le départ du premier paquebot, lord Fitz Gerald lui donna un bâtiment pour le conduire a Gibraltar, d'ou il pourrait trouver plus facilement des moyens de passer en Angleterre. Les Français perdirent en lui un zélé protecteur et le regrettèrent, en outre, pour ses qualités personnelles, car il réunissait toutes celles qui sont propres à attirer les coeurs».

¹⁷ *Mémoires* — Vol. V (ed. Garnier) pp. 361-362 — «M. le duc de Coigny était réfugié à Lisbonne, comme beaucoup d'émigrés et ce fut là qu'il épousa Mme. la comtesse de Châlons. Il avait le cordon bleu et le portait. S'il ne l'eût pas fait, il eût été un homme dont le général Lannes eût lui-même blâmé la conduite. Mais le cordon bleu lui offusque la vue. Il fit demander qu'on lui *défendit de porter*. Le duc de Coigny en reçut, Dieu me pardonne, l'ordre de la cour de Portugal. La réponse fut celle d'un gentilhomme français du bon temps. Plus il était malheureux, plus l'exil, le malheur le frappaient de leurs fouets à pointe de fer, plus il releva sa tête proscrite. La suite de cette sorte de lutte avec un pouvoir des lors commençait à être universel, fut son départ forcé de Lisbonne».

¹⁸ *Mémoires du Marquis de Toustain*, cit., p. 133.

¹⁹ Bibl. Públ. e Arquivo Distrital de Braga — «Arquivo do Conde da Barca», Caixa n.º 1: «Negócios com a França 1796-1797».

²⁰ *Toustain* — *ob. cit.*, p. 249: «Au commencement de l'année, la duchesse de Coigny qui comptait rejoindre

son mari en Angleterre, ne voulant pas renouveler le bail de sa maison, demanda à M. de Vioménil de lui prêter un appartement dans la sienne. D'après les ordres de mon oncle, je lui abandonnai tout le premier étage, qu'elle vint occuper six ou huit mois jusqu'à son départ».

²¹ Ofícios: de Luís Pinto a D. João de Almeida, 13 de Março de 1793 (Arquivo M. N. E.); de Júlio César A. de Chermond a Luís Pinto, 12 de Março de 1793 (Arquivo M. N. E.); de Luís Pinto a D. Diogo de Noronha, 23 e 24 de Março, 20 de Abril e 1 de Junho de 1793 (Arquivo M. N. E.); carta de Luís Pinto a Darbault, 30 de Março de 1793 (Arquivo M. N. E.).

²² *História Política e Militar de Portugal*, etc., 2.º tomo, pp. 332-334.

²³ «O Conde de Châlons, embaixador que foi da França nesta Corte, faleceu aqui a 19 do corrente em idade de 45 anos» (*Gazeta de Lisboa*, n.º 29, 22 de Julho de 1794). O conde de Châlons, por ocasião da sua morte, residia no palacete da Rua de S. Bento que tem hoje os números 185-187, esquinado para a Calçada de Santo Amaro, aquele onde mais tarde residiu o Padre Marcos e, no nosso tempo, o comandante Ernesto de Vilhena. A condessa de Châlons, depois da morte do marido foi morar para uma casa na Boa Vista como se deduz do anúncio publicado na *Gazeta de Lisboa* de 3 de Fevereiro de 1795: «A 4 e 5 do corrente mês se hão-de vender nas casas em que residia a Excellentíssima condessa de Chalon (*sic*), sitas à Boa Vista, das 9 para as 10 horas da manhã em diante, vários móveis de damasco, espelhos e carruagens». Logo que casou com o duque de Coigny foi residir para a casa que este habitava na Rua da Quintinha, uma das novas ruas de Lisboa,

aberta em 1764 e que parece ter sido a preferida pelos emigrados franceses de mais elevada categoria.

²⁴ «Relação dos despachos publicados no dia 25 de Abril por motivo do aniversário da Princesa N. Senhora [...] graduados em capitão de Cavalaria, para serviço do Estado-Maior, o conde de Châlon (*sic*). *Gazeta de Lisboa — Suplemento extraordinário ao Número XVIII*, 3 de Maio de 1794.

— «António Hardoin, conde de Châlon (*sic*) tenente coronel de Cavalaria graduado do Regimento de Maklemburgo — à Quintinha» — *Almanach para o anno de 1803*, p. 115.

²⁵ *Ob. cit.*, vol. V (Ed. Garnier), p. 361.

²⁶ *Contas para as Secretarias*, Liv. III, fls. 248 — A.N.T.T.

²⁷ *Idem, idem*, p. 281.

²⁸ *Idem, idem*, p. 286.

²⁹ *Ofício de 7 de Setembro de 1792*.

³⁰ *Mémoires du Général Baron de Marbot*, 1^o vol. p. 188. — «Augereau m'a souvent ssuré que pendant son séjour en Portugal, il n'avait jamais rien fait, ni dit, qui pût alarmer le gouvernement; il fut cependant arrêté et conduit dans les prisons de l'Inquisition. Il y languissait depuis quelques mois, lorsque Mme. Augereau, femme d'un grand courage, ayant vu entrer dans le port un navire avec un pavillon tricolore, se rendu à bord, pour remettre au capitaine une lettre par laquelle elle informait le gouvernement français de l'arrestation arbitraire de son mari. Bien que le capitaine du navire français n'appartint pas à la marine militaire, il se rendit résolument auprès des ministres portugais, reclama son compatriote détenu à l'Inquisition, et sur leur refus, il leur declara fièrement la guerre au nom de la France.

Soit que les Portugais fussent effrayés, soit qu'ils comprissent qu'ils avaient agi injustement, Augereau fut rendu à la liberté et revint au Havre, ainsi que sa femme, sur le navire de ce brave capitaine».

³¹ *Contas para as Secretarias*, Liv. III, p. 286.

³² Em Junho de 1955, o Museu Nacional de Arte Antiga realizou a sua 16.^a exposição temporária com obras de Nicolas Delarive. Nessa exposição reuniram-se os trabalhos de Delarive executados em Portugal e sobre motivos portugueses existentes nos museus nacionais, na Fundação Espírito Santo e na posse de particulares. O catálogo desta exposição foi precedido de um pequeno estudo da autoria de Augusto Cardoso Pires, do qual extractamos os seguintes períodos: «Uma vez estabelecido em Lisboa, donde pouco deveria ter saído, Nicolas Delarive dedicou-se com afincos aos temas da sua predilecção, aproveitando para isso todo o tempo que lhe ficava livre — e bastante seria — dos trabalhos em que a Casa Real o ocupava e da execução das encomendas que angariava. Pôde assim realizar uma vasta série de pinturas cujo número será hoje difícil de avaliar, em que reproduziu interessantes aspectos citadinos, como a *Feira das Bestas* e o *Mercado da Praça da Figueira*, datadas de 1792, ou seja, logo após a sua chegada à capital, acontecimentos históricos como o *Embarque da Família Real para o Brasil em 1807*, cuja composição original cremos ser da sua autoria, curiosas cenas da vida das ruas, em que aparecem os mais variados tipos populares da época e não menos curiosas cenas do interior com figuras de gente do povo ocupada nos seus labores profissionais e caseiros» (pp. 18-19).

³³ Bibl. de Évora — Correspondência dirigida a
Cenáculo. Original $\frac{\text{CXXVII}}{2-9}$

³⁴ *Idem, idem*, Original $\frac{\text{CXXVII}}{2-7}$

³⁵ *O Conimbricense*, n.º 2021.

³⁶ Ver Luís de Oliveira Ramos, *Franceses em Portugal nos fins do século XVIII*, Porto, 1968, pp. 10-11.

³⁷ Ver Luís de Oliveira Ramos, ob. cit., p. 12.

³⁸ A. N. T. T. — Int. da Polícia, Liv. IV, pp. 172-173.

³⁹ A. N. T. T., *idem*, Liv. 98, pp. 116-117.

⁴⁰ A. N. T. T., *idem*, Liv. 98, pp. 180-181.

⁴¹ Ed. Imprensa da Univers. de Coimbra, vol. 1.º, p. 13.

⁴² «Le point jeté sur le Douro pour la communication avec Vila Nova est sur bateaux. C'est l'ouvrage très moderne d'un moine français réfugié. Je ne connais pas assez ces sortes d'ouvrage pour parler un jugement. Il m'a paru avoir quelque ressemblance avec celui de Rouen, mais il est moins robuste et plus étroit. Le péage rapporte, dit-on, 40 000 cruzados (120 000 francos)» — L. F. de Tollenare, *Notes Dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, T. 1.º, Portugal, Paris, 1971, p. 73.

⁴³ *O Conimbricense*, n.º 2021, 4 de Dezembro de 1866.

⁴⁴ Jean Vidalenc, *Les Émigrés Français*, pp. 163-164: «Heureusement pour les émigrés, pourrait on dire, la guerre continua après de désastreuse campagne de 1792 et nombre d'entre eux purent ainsi trouver, plus ou moins vite, en général au bout de quelques semaines, un moyen d'existence en s'engageant individuellement ou

en grupe au service de pays étrangers. Certes leurs connaissances militaires, étaient parfois limités a ce qu'ils avaient pu apprendre entre le Rhin et l'Argonne. Cela leur rendu plus difficile la conservation des grades avantageux que les princes avaient distribués avec largesse, mais ne connaissant aucun métier susceptible d'être exercé sans des mises de fonds qui leur faisaient défaut — qu'il s'agit d'acquérir un commerce ou un charge publique — ils trouvèrent dans le métier des armes une solution au problème de la vie quotidienne. On en trouva ainsi beaucoup, dans tous les pays de l'Europe ou peut s'en faut, passant parfois d'un employeur a un autre, constituant des groupes plus on moins importants, théoriquement d'origine française mais dont la composition varia avec les années au hazard des pertes, des désertions et des recrutements pour combler les vides. Un tel comportement était d'ailleurs classique au XVIII^e siècle, toutes les armées avaient dès le temps de paix un certain pourcentage d'étrangers et l'embauchage en temps de guerre des vaincus, des ralliés ou de supplétifs variés demeure encore une tradition. Des régiments irlandais, suisses ou suedois du roi de France ou d'Espagne, des formations du Hessois louées par la grande-Bretagne contre les insurgents d'Amérique aux formations allemandes de Waffen S. S. La tradition du mercenaire étranger repose sur des bases solides, et les émigrés français de la période revolutionnaire correspondaient exactement aux émigrés des pays voisins formant dans l'armée républicaine des compagnies de la légion des Allobroges, des Francs régénères ou des irlandais libres».

⁴⁵ Abbé Baston, *Mémoires*, 2.^o t., p. 91.

⁴⁶ Albert Sorel, *ob. cit.*, vol. 4.^o, p. 36.

⁴⁷ Duc de Castries, *ob. cit.*, pp. 170-171.

⁴⁸ Cit. por F. A. Oliveira Martins, *Pina Manique*, p. 297.

⁴⁹ *Mémoires de Madame la duchesse d'Abrantès*, vol. V, p. 456 (ed. Garnier): «Il existait une chose assez particulière en 1798-97 en Portugal, et qui jette une certaine lumière sur des événements politiques de cette époque importante, c'est que les garnisons des forts San João, San Antonio, Cascais et Oeyras étaient composés de troupes anglaises et d'émigrés a la solde de l'Angleterre. Le régiment de *Dillon* était à Cascais, un régiment anglais à Oeyras, à Belém *Royal Émigré* et à Lisbonne les régiments de *Castries* et de *Mortemart*».

⁵⁰ *Mémoires du Marquis de Toussain — 1790-1823*, pp. 226-228: (1801 — Juillet — Dans le courant de ce mois, la cour de Lisbonne demanda un général pour mettre à la tête de son armée, et qui fût propre à l'organiser. Le gouvernement anglais proposa le comte de Vioménil. L'ambassadeur portugais, le comte de Lima, vint apporter au général les propositions de sa cour, et nous attendimes la réponse aux conditions qu'il avait mises a son acceptation. Pendant ce temps, la France et l'Espagne avaient conclu la paix avec le gouvernement de Sa Majesté Très Fidèle. Nous eûmes donc lieu de crandre que nos projets ne fussent renversés par cet événement, mais, au commencement de septembre, le prince du Brésil accorda à mon oncle le rang de feld-maréchal, avec permission d'emmener plusieurs officiers de son choix et de les placer comme il l'entendait. M. de Vioménil me pris près de lui en qualité de premier aide de camp et me fit obtenir de «Monsieur» le brevet de lieutenant de cavalerie. Le gouvernement anglais lui promit une frégate et un bâtiment de transport, pour le

conduire ainsi que sa suite. Il reçut 100 000 francs pour ses premiers frais, l'ambassadeur lui remit cette somme en quatre billets de banque; il me pria de lui aller changer contre des billets de moindre valeur «[...]» Le 20, le général presenta à l'envoyé de Portugal, le comte de Lima, les officiers qu'il avait choisis pour l'accompagner: c'étaient le commandeur Balathier, M. de La Serre, M. de Lagondie, M. de Molien et moi. Nous nous installames sur le frégate *La Constance*, commandée par le capitaine Mudge. Ce n'est que le 21 novembre que nous entrâmes dans le Tage. Le lendemain, nous mouillions devant Lisbonne. A dix heures, le maréchal (donnons-lui son titre portugais) m'ordonna de me rendre chez don João d'Almeida, ministre de la guerre, pour le prévenir de notre arrivée et lui demander ses ordres et son agrément pour débarquer. M. de Molien m'accompagna; mais nous ne pûmes le voir qu'au bout de quelques jours. Mon oncle se montra très satisfait de son accueil. «[...]» Le 3 novembre (certamente lapso, deve ser Dezembro), M. de Vioménil partit pour Mafra, où il fut présent au regent qui se montra fort aimable. Le 17, il presenta à M. d'Almeida les officiers qu'il avait amenés avec lui. Le même jour, il me reçut chevalier de Saint-Louis, et le décret qui nous admettait au service de Portugal fut rendu».

⁵¹ *Manuscritos portugueses na Bibiloteca Pública de Nantes*, por José Carlos Galvão, Man. 658, n.º 133, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. III, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1971, p. 640.

⁵² B. N. L. — Res., *Copiador de Lannes*, n.º 3, 7 Germinal.

⁵³ *Idem, idem*, of. n.° 23: «Les émigrés s'embarquent enfin, le premier convoi est partie bien pour l'Angleterre avec M. Vioménil».

⁵⁴ *Idem, idem*, of. n.° 19: «Je vous ai déjà mandé qu'on n'obtenait rien du Ministère portugais actuel, qu'il fallait tout lui arracher, vous en trouverez la preuve la plus complète dans la note n.° 1 que j'ai crû devoir adresser à Mr. d'Almeida et dans sa réponse dans le n.° 2. C'est la première fois que ce ministre m'a tenu parole, car les émigrés ont évacués Lisbonne dans les 24 heures et il n'y a plus dans la ville; je ne doute pas que les croix, les cordons, etc., n'aient disparu, aussi je sais que l'ordre en a été donné que le prince a tourné le dos à M. de Menard officier de la Legion que s'est présenté à sa cour avec une croix de St. Louis.

Mr. de Vioménil ne prendra pas le commandement de l'armée portugaise, il était tems de m'y opposer car son brevet de général en chef devoit luy être expédié le jour même de ma note. J'avais vue la veille le vieux général Comte de Goltz, ancien et respectable compagnon du grand Frederic, c'étoit luy que commandait ici et il m'avait prévenu des intrigues que le forçoit à céder la place à Vioménil.

Mr. d'Almeida deranjeait tout à l'insu du prince, avec le ministre anglais.

La nomination de Vioménil n'étoit que le prélude d'un plan plus vaste on voulait déterminer S. A. R. à prendre ces corps d'émigrés à son service et Mr. d'Almeida m'avait sondé pour savoir de quel oeil j'envisagerais cette mesure. Si elle fut effectuée à sa disposition commandé pour un homme qui luy est tout dévoué et le Portugal seroit resté au fait province anglaise».

⁵⁵ *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 14.º vol., 1944, pp. 162 a 164.

⁵⁶ *Idem*, 1.º vol. p. 161.

⁵⁷ C. Roederer, *Oeuvres*, 3.º v., p. 312: «Nous avons été collègues dans la même assemblée, c'était en 1789, et nous sommes douze ans de plus [...] j'ai une femme à revoir, trois grands enfants à connaître. Toute ma politique est là désormais. Rendez les moi et rendez-moi à eux. Faites qu'on me reçoive à Calais et que j'y trouve un ordre que m'envoie prenomer en Bourgogne [...] j'y aurai, ma femme, mes enfants, un toit, encore quelques arpens de terre, et je vous jure que vous n'entendrez parler de moi que quand je vous remercierais du bien que vous aurez fait à tous. Je vous confie que j'ai de l'emigration pour dessus la tête. Tirez m'en de grace».

⁵⁸ «Quando abonançou o tempo, quando os foragidos puderam restituir-se ao pombal, travou o Doutor José de Castilho casual conhecimento com um eminente realista francês, M. Barnois, pessoa desvalida mas muito letrada, a quem algumas famílias de Lisboa protegiam. O Doutor, cujas ideias eram bem avessas a Bonaparte, simpatizou com aquele cavalheiro, vítima do Império; propôs-lhe tomá-lo para casa, com a condição imposta por Barnois, e que se tornava um prazer, de ensinar o seu idioma, falado por ele com uma pureza parisiense, ao rancho dos pequenos. O emigrado exerceu o lugar com muito fruto dos alunos». *Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho, 2.ª ed., tomo 1.º, livro 1, p. 77.

⁵⁹ Carl Israel Ruders — *Viagem em Portugal — 1798-1802*, Série Portugal e os Estrangeiros, Biblioteca Nacional, pp. 141-142.

⁶⁰ *Idem, idem*, p. 155.

⁶¹ *Souvenirs sur la Révolution, l'Empire et la Restauration, par le Général Comte de Rochechouart*, Lib. Plon, 1889.

⁶² Em Santarém.

⁶³ Rochechouart, *ob. cit.*, p. 35: «Rangés en bataille sur la grande place, entourés d'une population curieuse et bienveillante, on nous distribua nos billets de logement; logé chez don Joan d'Alteca, il me reçut on ne peut mieux, et me fit promettre, exigeant même ma parole d'honneur, de ne pas manger ailleurs que chez lui. Je me soumis sans trop me faire prier. Vers six heures du soir, après la parade, mon hôte me conduisit chez un de ses amis, mari d'une femme charmante et père de deux filles fort jolies; étonnées de ma jeunesse, elles me demandèrent s'il y avait beaucoup d'officiers de mon âge dans mon régiment. Après un excellent souper, un jeune abbé se mit au piano et nous fit entendre de ravissantes modinhas, chansons populaires portugaises, puis on dansa. A minuit, je pris congé de cette aimable famille, promettant de venir le lendemain assister à un grand bal, donné en mon-honneur».

⁶⁴ a Abrantes.

⁶⁵ Rochechouart, *ob. cit.*, pp. 35-36.

⁶⁶ Rochechouart, *ob. cit.*, pp. 39-40.

⁶⁷ Marquês de Toustain, *ob. cit.*, pp. 228 a 237: «Le jour anniversaire de la naissance de la reine, nous nous rendimes tous à Queluz, pour être présentés au régent. La reine, attaquée depuis longtemps d'une maladie mentale, ne pouvait nous recevoir. Le chateau était gardé par des hallabardiens.

«La sale où le prince se tient est une espèce de galerie fort longue, éclairée des deux côtés. Elle est décorée au fond d'un dais sous lequel se place le régent, ayant son

fils à sa gauche, et à la gauche de celui-ci le prince don Pedro, son neveu, de la Maison d'Espagne. A la droite du prince, sur le côté de la salle, est placé le duc de Cadaval, son cousin, premier prince du sang. Sur le côté gauche de l'appartement, les ministres et les personnes de la cour.

«Lorsque le prince s'est rendu dans la galerie, on ouvre les portes qui la séparent de la salle où se sont réunis les ambassadeurs et ministres étrangers. Ceux-ci entrent alors, vont faire leurs salutations aux trois princes, et se retirent à reculons jusqu'au fond de la galerie, d'où ils sortent par une autre porte, parallèle à celle par laquelle ils sont entrés, et communiquant de même dans leur salle. Le maréchal suit les ministres étrangers, mais met un genou en terre et baise la main des princes. Les autres, sans observer de distinction de rang, s'agenouillent, baisent la main des princes, sortant ensuite par la même porte que les ministres étrangers.

«Après avoir fait sa cour, on se rend dans l'appartement des princesses. Pour y parvenir, on est obligé de passer par de petits corridors extrêmement sombres et d'une saleté dont rien ne peut donner l'idée.

«Elles sont assises sous une espèce de dais de satin bleu, garni de crépines d'or; leurs chambellans sont rangés le long du côté droit de la salle et les dames d'honneur, du côté gauche. Ces dernières ont conservé les grands paniers et l'ancien costume et paraissent fort ridicules aux étrangers. La manière dont elles sont placées ajoute encore à cette impression: elles se tiennent debout, vis-a-vis des fenêtres qui sont de la hauteur de la salle; lorsqu'on passe devant elles, on les voit en transparent, ce que ne leur est toujours fort avantageux.

«Je crois que nulle part on ne peut voir une aussi grande profusion de diamants et de pierres précieuses. Les princes et princesses en sont, à la lettre, couverts, ainsi que les personnages qui les entourent.

«Le maréchal, avec son état-major, fut invité à assister le soir à l'opéra, où la cour se rendit en grand costume. Ce jour là, les invités seuls sont admis.

«Nous remarquâmes, avec le plus grand étonnement, que, pendant la pièce, toutes les personnes, même les ministres, que avaient à parler ou à répondre aux princes, on le faisaient jamais qu'à genoux; nous nous étions imaginé que cela n'était d'usage qu'au baise-mains et dans les grandes cérémonies».

«Qui croirait qu'en 1801, dans une des capitales de l'Europe, aucun individu n'osait sortir de chez lui seul, et sans être armé jusqu'aux dents, dès l'entrée de la nuit, tant les rues, après le coucher du soleil, étaient peuplées d'assassins et de brigants! Il ne se passait pas un jour qu'il ne se commit plusieurs meurtres, et les criminels, s'ils étaient pris, en étaient quitte pour quelques jours de prison!

«A cette époque la ville de Lisbonne n'était pas encore éclairée, et, si l'on n'avait pas la précaution de se faire accompagner de quelqu'un porteur d'un flambeau, on risquait fort de s'engloutir dans les immondices qui remplissaient les rues, et qui s'y étaient accumulées depuis la prise, de la ville sur les Maures! Elles exhalaient les plus infectes odeurs. D'autres dangers menaçaient encore les malheureux passants: une pluie continuelle de pots de chambre tombait toute la nuit, et heureux celui qui recevait le contenu sans être assommé par le contenant!

«Une armée de chiens, que Dumouriez, dans sa relation d'un voyage en Portugal, porte a 80 000, destinés au nettoyage des rues, n'ayant pas de maîtres, ni d'autre nourriture que les immondices, n'étaient pas les ennemis les moins redoutables que l'on eût a combattre. Si aucun de nous n'a été assassiné ni même attaqué, nous ne le devons, je crois, qu'à la précaution que nous avons tous prise de ne marcher, la nuit, que le sabre à la main ou avec des pistolets armés. Nous rencontrâmes souvent des troupes d'hommes en manteaux, qui se cachaient au coin des rues, mais nos armes leur en imposait toujours.

«Plusieurs Français furent leurs victimes, entre autres M. du Moran, officier d'artillerie. L'impunité de leurs crimes porta leur audace au point d'attaquer en plein jour dans les rues, et ils dévalisèrent plusieurs personnes. La terreur qu'ils avaient répandue était-telle que, malgré une loi qui obligeait les particuliers de sortir de leurs maisons armés d'épieux, au cri de «Vive le Roi» pour secourir ceux qui seraient attaqués, les gens n'osaient plus se risquer au dehors, par crainte de la vengeance des assassins, qui les auraient égorgés le lendemain; aussi plusieurs meurtres furent-ils commis, ayant pour témoins des personnes qui, de leur fenêtre, se contentaient de plaindre la victime de l'agression, mais qui, par compassion aussi, donnaient refuge chez eux à l'assassin, du moment où il était en danger d'être arrêté.

«Dans le nombre des assassinats, on en comptait beaucoup que n'avaient d'autre but que des vengeances particulières; à cette époque, pour une cruzade, on aurait fait tuer qui l'on aurait voulu, et l'on profitait souvent de la facilité et du bon marché».

«Le 19 décembre 1801, le général comte de Chalup, qui avait été placé au service par M. de Vioménil en qualité de lieutenant général, arriva avec M. d'Ollone, l'ancien colonel de la cavalerie de Mirabeau, M. d'Allonville, mon ami et ancien camarade au régiment de Vioménil.

«Lisbonne n'offrant aucune ressource aux étrangers par la société des gens du pays, il ne nous restait que celle de nos compatriotes. Elle était composée de la maison de la duchesse de Coigny, dont le mari était chargé d'affaires du roi et de plusieurs autres femmes françaises, dont les maris étaient au service du pays ou à celui de l'Angleterre, dans les régiments français qui se trouvait en Portugal, cantonnées aux environs de Lisbonne: Loyal Emigrant, Castries, Mortemart et Rothelier — artillerie. Il est impossible de voir de plus belles troupes mieux tenus et mieux disciplinées. Le général anglais Frazer en avait le commandement».

«Je recontraï, en Portugal, plusieurs personnes de mes anciennes connaissances, entre autres le marquis de Bailly, ancien colonel des hussards de Salm, qui était entré à notre service comme brigadier et adjudant général du maréchal de Goltz. Le comte d'Arthaise, ancien officier au régiment de Vioménil y était placé comme capitaine de cavalerie dans la légion.

«Le marquis de Rozières était lieutenant général et quartier maître général.

M. de La Serre donna sa démission, et s'en retourna en Angleterre. Le maréchal obtint pour le vicomte de Vioménil, son neveu, la place de M. de La Serre».

⁶⁸ Maria Amália Vaz de Carvalho, *Vida do Duque de Palmela*, vol. 1.º, p. 179.

⁶⁹ *Ob. cit.* no texto, vol. IV, p. 152.

⁷⁰ H. Forneron, *Histoire Générale des Emigrés*, 2.^o vol., pp. 352-353.

⁷¹ *Idem, idem*, 2.^o vol., p. 352.

⁷² Duc de Castries — *La Vie Quotidienne des Émigrés*, pp. 37, 38.

⁷³ *Contas para as Secretarias* — Liv. V, fls. 133 v. — A. N. T. T.

⁷⁴ *Idem, idem*, Liv. V, fls. 322 v. — *Idem*.

⁷⁵ *Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, 1855, p. 32.

⁷⁶ *Histoire de Jean VI, Roi de Portugal, depuis sa naissance jusqu'à sa mort, en 1826 avec des particularités sur sa vie privée et sur les principales circonstances de son règne*, Paris, 1827, p. 24.

⁷⁷ *Tableau de Lisbonne en 1796*, cap. «Police», pp. 117 e segs.

⁷⁶ *Ob. cit. acima*, cap. «Despotisme ministériel», p. 155, etc.

⁷⁹ *Tableau etc.*, pp. 162-165: «Le gouvernement est non seulement despotique, il est encore inconséquent dans son despotisme.

«Les ministres ont voulu paroître veiller avec la plus grande attention à ce que la doctrine de la révolution française ne se répondit point en Portugal. Ils ont pris souvent pour pretexte de l'emprisonnement et de l'expulsion de beaucoup d'individus, une intention supposée sans démonstration extérieur; un mot lâché sans réflexion, un propos tenu sans dessein, un geste irréfléchi, ils les ont interprétés à leur gré et d'une manière conforme à leurs vues. Ce motif supposé a coloré souvent des vexations que servoient leurs intérêts ou leur vongence. Mais dans le tems qu'ils paroisoient

vouloir donner la chasse aux amis de la révolution, ils les reçoient à bras ouverts, et refusoient l'entrée au Portugal aux émigrés françois.

«Un Légiſe, pris, en 1792, sur un bâtiment françois, qui étoit destiné à repandre la doctrine de la révolution française dans le Brésil, conduit à Lisbonne, enfermé dans une prison pendant trois mois, est souffert dans cette ville; il y jouit d'une liberté entière et paisible; il y a été comblé de bienfais pour le gouvernement; il en a reçu, en 1794, une gratification de trente monnoies d'or, ou 900 livres tournois et, en 1795, une pension de quarente monnois d'or, ou 1200 livres tournois. On a parut vouloir le regarder et le traiter comme émigré; les ministres n'ignorent point cependant qu'il étoit au service de la république française et qu'il portait la cocarde tricolore lorsqu'il fut arrêté et constitué prisonnier.

«Un Ehrast, ci-devant médecin de la grande écurie du roi à Paris, arrivé à Lisbonne au mois de decembre de 1793, avait pris part à la révolution française; il avait été de tous les clubs; il avait été en faction a la porte de la prison du roi au Temple; il avait gardé à l'échafaut, mêlé, le fusil sur l'épaule, avec la garde nationale. Il est cependant souffert à Lisbonne; il y est même traité avec distinction par les ministres... Mais il est à la suite de M. Becfort (*sic*), riche Anglais, qui vient de s'établir en Portugal, et que devoit épouser la batârde du marquis de Marialva, un des seigneurs les plus acrédités à la cour.

«Un Broussonet, docteur en médecine, secretaire de la société d'agriculture de Paris, avoit été membre de l'assemblée législative; il avoit même tenu un rang marqué dans cette assemblée parmi les ennemis de la royauté; il y avoit été le premier denonciateur des

royalistes de la Vendée. Il arriva à Lisbonne, en 1794, en costume jacobin, après la chute et la mort de Robespierre; il y fut reçu; il y fut présenté par tout, caressé, fêté... Mais Broussonet étoit protégé par le duc d'Alafões, fils naturel du roi Jean V».

BIBLIOGRAFIA

a) Bibliotecas e Arquivos

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Papéis de Polícia — Antigo Ministério do Reino — Contas para as Secretarias. Biblioteca Nacional: Reservados.
- Arquivo Histórico Militar.
- Biblioteca Pública de Évora.
- Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga: Arquivo do Conde da Barca — Coleção Barca — Oliveira.

b) Memórias

- Mémoires du Comte Paroy*, Lib. Plon., 1895.
Mémoires du Comte Alexandre de Tilly, éd. Jonquière, 2 vols.
Mémoires du Marquis de Toustain, Lib. Plon., 1933.
Mémoires du Général Baron de Marbot, Lib. Plon., 7ème éd.,
3 vols.
Mémoires du Général Baron Thiebault, Lib. Plon., 1893.

- Mémoires de Madame la Duchesse d'Abrantès*, Lib. Garnier Frères, 10 vols.
- Mémoires de Madame de Chastenay*, Lib. Plon, 1896, 3^{ème} éd., 2 vols.
- Mémoires*, Abbé Barton.
- Mémoires*, Comte de Saint Priest, Calmann-Lévy, 1929, 2 vols.
- Souvenirs sur la Révolution — L'Empire et la Restauration*, par le Comte de Rochechouart, Lib. Plon., 1889.
- Louis François de Tollenare, *Notes Dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, T. 1^{er}., Portugal, Paris, 1971.
- Memórias do Conde do Lavradio — D. Francisco de Almeida Portugal*, ed. Imprensa da Universidade de Coimbra e Imprensa Nacional de Lisboa, 1932-1938, 5 vols.
- Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna — D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto*, Imp. da Universidade de Coimbra, 1928-1932, 5 vols.
- Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, 1855.
- Memórias de Castilho*, por Júlio de Castilho, 2.^a ed.

c) Revistas e jornais

- «Gazeta de Lisboa», anos 1782 a 1807.
- «Almanak de Lisboa», ed. A. R das Ciências, 1795-1807.
- «O Conimbricense».
- «Arquivos do Centro Cultural Português», Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, vols. 3.^o e 5.^o
- «Annales Historiques de la Révolution Française», n.^o 178, Out.^o-Dez.^o, 1964.
- «Boletim do Arquivo Histórico Militar».

«Bulletin des Etudes Portugaises — Nouvelle Série»,
Tomo 25 (1964) e 32 (1971).
«Olissipo», Ano XXIII, n.º 92, 1960.

d) Histórias

H. Forneron — *Histoire Générale des Émigrés pendant la Révolution Française*, Paris, Plon., 1884.
Ernest Daudet — *Histoire de l'émigration pendant la Révolution Française*, Paris, Hachette, 1912, 3 vols.

e) Vária

Biographie Moderne ou Galerie Historique, Paris, Alexis Eymery, Libraire, 1815, 2 vols.
Duc de Castries — *Les Émigrés*, A. Fayard, Paris, 1962.
— *La Vie Quotidienne des Émigrés*, Hachette, 1966.
H. Taine — *Origines de la France Contemporaine*, Hachette, 27.^a ed., 1917, 11 vols.
Albert Sorel — *L'Europe et la Révolution Française*, Lib. Plon., 1905, 8 vols.
Albert Mathiez — *La Révolution Française*, Lib. Armand Colin, 1925, 3 vols.
J. Vidalenc — *Les Émigrés Français — 1789-1825*, Caen, 1963.
Latino Coelho — *História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1885, 3 vols.
Comte Roederer — *Oeuvres*, 3 vols.
O. G. Heidenstam — *Marie Antoinette, Fersen et Barnave — Leur Correspondance*, Calmann-Lévy, 3^{ème} ed.
J. B. F. Carrère — *Tableau de Lisbonne en 1796 et 1797*, Paris.

- Luís de Oliveira Ramos — *Franceses em Portugal nos fins do século XVIII (Subsídios para um estudo)*, Porto, 1968.
- Maria Amália Vaz de Carvalho — *Vida do Duque de Palmela*, 3 vols.
- F. Baldensperger — *Le mouvement des idées dans l'émigration française*, Paris, 1925.
- Camilo Castelo Branco — *Quatro Horas Inocentes. Esboços de Apreciações Literárias*.
- Pinto de Carvalho (Tinop) — *Lisboa de Outros Tempos*, 2 vols., (Os Cafés).
- Inocência Francisco da Silva — *Dicionário Bibliográfico Português*.
- Teófilo Braga — *Filinto Elysio e os dissidentes da Arcádia*, Lello & Irmãos, Porto, 1901.
- *Bocage* — Lello & Irmãos, Porto, 1902.
- Histoire de Jean VI — Roi de Portugal*, Paris, 1827.
- R. Francisque Michel — *Les Portugais en France — Les Français en Portugal*, Paris, Guillard, Aillaud & Cie., Editeurs, 1882.
- Bruno — *O Porto Culto*, Magalhães e Moniz, Porto, 1912.
- Cristóvam Aires — *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*.
- *História Orgânica do Exército Português — Provas*, 15.º vol.
- Manuel Bernardes Branco — *Portugal e os Estrangeiros*, 1.ª parte, 1.º volume.
- G. Matos Sequeira — *Depois do Terramoto* — 2.º vol.
- G. Lenôtre — *Vieilles Maisons, Vieux Papiers*, 6ème série.
- Luís Pastor de Macedo — *Lisboa de lés-a-lés*, vol. 3.º
- Comtesse H. de Reinach Toussimagne — *Une Fidèle: La Marquise Lage de Volude*.
- A. Luís Vaz — *A Marquesa de Alorna — Cartas do Exílio em Londres*.

H. Cidade — *Marquesa de Alorna* — Inéditos. Colecção Clássicos Sá da Costa.
Ângelo Pereira — *Os filhos d'El-Dei D. João VI.*
— *D. João VI, príncipe e rei.*
— *A Independência do Brasil.*
Ribeiro Artur — *A Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão.*
Neves da Costa — *A Traição de Gomes Freire.*
Pinheiro Chagas — *Migalhas da História Portuguesa.*
Bento França — *A Legião Portuguesa ao serviço do Império Francês.*
Link — *Voyage en Portugal*, 3 vols.
António Marques Esparteiro — *O Almirante Marquês de Niza.*
Sousa Viterbo — *A Jardinagem em Portugal.*
Luís Xavier da Costa — *As Belas Artes Plásticas durante o século XVII.*
João Cândido Baptista de Gouvêa — *A Polícia Secreta dos últimos tempos do reinado do Senhor D. João VI.*
Júlio de Castilho — *Lisboa Antiga* — *Bairro Alto*, 3.º vol.
Denyse Dalbien — *Dom Pedro — Empereur du Brésil — Roi du Portugal.*
Michelet — *Histoire de la Révolution Française*, ed. La Pléiade, 2 vols.